

# PARCERIA ESTRATÉGICA



**Lula viaja a Pequim, fecha 15 acordos com Xi Jinping e dá um novo rumo para a política externa brasileira, mostrando ao mundo que o multilateralismo é o caminho para a prosperidade das nações**

Ricardo Stuckert

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 17 de Abril de 2023 Nº 91

Dilma no Banco dos Brics: desigualdade é o grande desafio  
Cem dias de governo: resistência e compromisso com o povo  
As novas regras fiscais garantem previsibilidade nas contas  
Governo endurece com o Twitter por indiferença a ataques  
B. Kucinski resgata memória dos desaparecidos da ditadura

## ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

# CARLOS LESSA

## O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ECONOMISTAS PELA  
DEMOCRACIA



Está no ar a exposição virtual  
**SÉRGIO BUARQUE DE  
 HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em [fpabramo.org.br/CSBH](http://fpabramo.org.br/CSBH)

FUNDAÇÃO  
 Perseu Abramo  
 Partido dos Trabalhadores

**CONTRIBUA COM A REVISTA  
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

**SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!**

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

**EXPOSIÇÃO**

**43 anos**  
 NA LUTA PELA  
**DEMOCRACIA  
 BRASILEIRA**

# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves,

Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Olímpio Cruz Neto e Pedro Camarão



**FUNDAÇÃO**  
**Perseu Abramo**  
 Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

## CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar,

Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira

dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora

Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther

Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade,

Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José

Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo,

Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,

Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



## **BRASIL ELEVA A NOVO PATAMAR A PARCERIA COM A CHINA**

Na primeira visita à Ásia desde que retornou ao poder, Lula desembarca em Pequim e é recebido com honras pelo governo de Xi Jinping. Investimentos alcançam R\$ 50 bilhões e passam por ações na agricultura, indústria e ciência e tecnologia.

Página 6

**BRICS.** Dilma Rousseff assume NDB afirmando compromisso com a inclusão e o enfrentamento da desigualdade

Página 10

**NA GRINGA** A revista Time inclui Lula entre as 100 personalidades mais influentes em 2023 com perfil assinado por Al Gore.

Página 12

**CEM DIAS DE DEMOCRACIA** Mandato Lula rechaça tentativa de golpe e assegurar normalidade democrática

Página 14

**CEM DIAS DE RECONSTRUÇÃO** Mais renda para o trabalhador,

mais saúde e mais direitos humanos são marcas desse início de gestão

Página 16

**ECONOMIA** Novo plano fiscal apresentado por Fernando Haddad permitirá mais investimentos na área social

Página 18

**OPINIÃO.** Zeca Dirceu aponta os acertos de Lula nos 100 dias de governo

Página 21

**PESQUISA** Brasileiros temem inflação e esperam mudanças mais rápidas na economia

Página 22

**BRASIL** Ministério da Justiça dobra arrogância do

Twitter e plataforma retira conteúdos violentos.

Páginas 24

**TRAGÉDIA.** Ataque em creche infantil em Blumenau choca o país e o mundo

Página 24

**HISTÓRIA.** O levante do Gueto de Varsóvia e tanques ameaçam Brasília contra as Diretas-Já

Páginas 32 a 35

**LIVROS** B. Kucinski conta a história dos desaparecidos da Ditadura Militar em romance suprendente

Páginas 34

**LANÇAMENTO** Franklin Martins lança livro sobre canções populares do Império à Primeira República

Páginas 38



# CEM DIAS DE RECONSTRUÇÃO

Alberto Cantalice

O tsunami destrutivo que se instalou na Presidência da República com o Golpe de 2016, teve o seu epicentro com a posse em janeiro de 2019 do capitão Jair Bolsonaro. Trazida do baixo-cleiro do parlamento brasileiro e composta por viúvas dos porões de 1964, a escumalha veio com a “corda toda”.

O bolsonarismo e seus apoiadores destruíram o Ibama e o Instituto Chico Mendes. Promoveram uma intervenção na Funai, deixando à míngua o povo ianomâmi, cujas agonia, morte e desnutrição aguda chocaram o mundo.

O rombo nas contas públicas para comprar uma difícil reeleição demonstra o tamanho da irresponsabilidade e do crime perpetrado contra o Brasil.

Legatário da verdadeira herança maldita – aquela recebida

em 2003 é fichinha perto da deixada pela trinca Temer, Bolsonaro e Paulo Guedes –, o presidente Lula reassume a Presidência com a imperiosa necessidade de reconstruir os fundamentos de um país devastado.

Primeiro presidente na história a governar sem assumir, Lula aprova a PEC do Bolsa Família por larga vantagem no Congresso Nacional, ainda em dezembro de 2022. E dá início a uma série de ações para tirar o país do transe e da letargia. A presença dos profascistas nas portas dos quartéis era um sinal de que a democracia segue ameaçada. Aí veio o fatídico 8 de Janeiro.

A reação das instituições foi imediata. Tal firmeza de propósitos conteve o golpismo e escancarou a distopia bolsonarista, que em certa medida tinha um plano estruturado de golpe. E a prova é o documento encontrado na casa do ex-ministro Anderson Torres.

A vergonhosa intentona não

paralisou o governo e nem o presidente que, tomando as rédeas do comando, saiu a campo.

É difícil traçar em poucas linhas o conjunto de realizações de meros 100 dias de governo. Cabe destacar, no entanto, o retorno do Brasil como protagonista no cenário internacional e a empatia do mandatário atual com as agruras e as tragédias naturais que acometeram o país.

A suplementação nas verbas da merenda escolar, a compra imediata de vacinas e as entregas de casas em tão pouco tempo são o sinal do que vem por aí.

Isso sem falar no plano formulado pela equipe econômica, o novo marco fiscal para o país, que une responsabilidade social e compromisso fiscal que andaram separados desde o golpismo da “ponte para o Futuro”.

Outro dado relevante é o compromisso do governo com a industrialização, a ciência, tecnologia e inovação.

Este é o nosso futuro!

# BRASIL E CHINA ESTREITAM PARCERIA



Ricardo Stuckert

## Acordos assinados entre Lula e Xi Jinping somam mais de R\$ 50 bilhões. Medidas vão facilitar o comércio entre os dois países, com ações para agricultura, passando pela cooperação industrial e a construção de satélite

**B**rasil e China estão reforçando seus laços comerciais, políticos e diplomáticos, numa reaproximação que tem tudo para elevar a relação entre as duas nações a um novo patamar. Na sexta-feira, 14, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping selaram acordos que somam R\$ 50 bilhões em investimentos. Foram subscritos 15 protocolos, memorandos e planos de ações para áreas que vão da indústria à agricultura, passando pela cooperação em tecnologia e ciência, além de intercâmbio em mídia.

A visita tem efeitos que prometem ser duradouros não somente para as relações bilaterais entre os dois países como também para o cenário internacional. A passagem de Lula por Xangai e Pequim foi coberta de simbolismos e repleta de gestos políticos importantes, reforçando um novo tempo para as duas nações, que construíram uma aliança política ainda no primeiro governo Lula quando selaram o bloco dos Brics – o grupo de nações formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Lula foi saudado pela imprensa chinesa como “um velho amigo do povo chinês”, na quinta visita do presidente ao gigante asiático. O próprio Xi Jinping disse que a reaproximação das duas nações é considerada importante pela China. “Um relacionamento China e Brasil em desenvolvimento constante, saudável e estável desempenhará papel positivo e importante para a paz, estabilidade e desenvolvimento próspero para as regiões e para o mundo”, disse.

O mandatário brasileiro tam-

bém reiterou que dá muita importância ao encontro. “É com a China que a gente mantém o mais importante fluxo de comércio exterior. É com a China que nós tivemos a nossa maior balança comercial, e é junto com a China que nós temos tentado equilibrar a geopolítica mundial, discutindo os temas mais importantes”, disse Lula.

Antes de desembarcar em Pequim com a comitiva, que incluía ministros de Estado, parlamentares e 240 empresários, Lula foi a Xangai, onde participou da cerimônia de posse de Dilma Rousseff na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, da sigla em inglês) – e visitou a sede da empresa de tecnologia Huawei.

Em Pequim, diante de Xi, Lula fez referência à ida à sede da companhia e reforçou os laços entre as duas nações. “Fizemos uma visita

à Huawei numa demonstração de que nós queremos dizer ao mundo que não temos preconceito na nossa relação como os chineses e que ninguém vai proibir que o Brasil aprimore sua relação com a China”, disse.

A declaração de Lula aconteceu em meio ao recrudescimento das relações entre a China e os Estados Unidos e à pressão dos americanos sobre empresas chinesas de tecnologia. Em 2022, a Casa Branca proibiu a importação de equipamentos de telecomunicação produzidos por diversas empresas chinesas, entre elas a Huawei. Os EUA alegam que haveria riscos “inaceitáveis” à segurança nacional.

Entre 2019 e 2020, o governo de Donald Trump pressionou, nos bastidores, o governo Bolsonaro a não aceitar a participação da Huawei na licitação para a construção da rede no país que forneceria a tecnologia 5G, da qual a empresa chinesa é líder. A pressão acabou se diluindo e o próprio Planalto acabou desistindo da proibição diante dos prejuízos que o Brasil teria com a troca de equipamentos.

Com Lula, a pressão da Casa Branca não tem qualquer chance de surtir efeito. Até porque a opção da diplomacia brasileira, desde janeiro de 2023, é ampliar os laços com parceiros estratégicos, como a China – com quem o Brasil mantém a maior relação comercial – sem prejuízos dos laços que unem Brasília e Washington desde o século 20. Afinal, negócios são negócios.

Os acordos vão ajudar o Brasil a avançar em áreas como energias renováveis, indústria auto-

**XI JINPING:  
“RELACIONAMENTO  
BRASIL-CHINA  
DESEMPENHARÁ  
PAPEL IMPORTANTE  
PARA A PAZ,  
ESTABILIDADE E  
DESENVOLVIMENTO  
PARA O MUNDO”**

motiva, agronegócio, linhas de crédito verde, tecnologia da informação, saúde e infraestrutura. Um dos destaques é o avanço na parceria entre os dois países na construção do satélite CBERS-6, munido de uma tecnologia que permite o monitoramento de florestas como a Amazônia mesmo com nuvens.

Foram acertadas ainda a criação de um grupo de trabalho para implementar medidas que facilitem o comércio bilateral e cooperações nas áreas de pesquisa e inovação, tecnologias da informação e comunicação, promoção industrial e investimentos na economia digital. Na área da agricultura, foram assinados um plano de trabalho de cooperação na certificação eletrônica para produtos de origem animal e um protocolo sobre requisitos sanitários e de quarentena para proteína processada de animais terrestres a ser exportada do Brasil para a China.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que estava na comitiva da visita à China, disse que é interesse do governo brasileiro fortalecer a indústria no Brasil por meio de investimentos de empresas chinesas. “O presidente colocou, em todas as reuniões, o desafio de intensificarmos os estudos sobre a viabilidade de reindustrializar o Brasil em parceria com o capital chinês, que está disponível e vê na América do Sul uma oportunidade de criar ali uma plataforma para seus produtos tanto para venda local quanto para exportação”, disse.

Ele comentou a declaração de Lula sobre a decisão de China e Brasil começarem a fazer negócios não mais em dólar, mas com suas moedas, o yuan e o real. O próprio Haddad disse que a decisão é uma forma de “escapar da camisa de força de ter comércio fixado em moeda de um país que não faz parte da transação”. •

Ricardo Stuckert



**PROXIMIDADE** Os dois chefes de Estado, Lula e Xi Jin Ping, acompanhados das primeiras-damas Janja da Silva e Peng Liyuan, trataram da guerra na Ucrânia

## A FORÇA DOS EMERGENTES

O presidente de Brasil e China têm uma relação próxima e podem construir um caminho de paz para a guerra na Ucrânia. Eles ainda trataram de meio ambiente

O êxito da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China é inegável, mas um dos aspectos mais importantes é a relação próxima que o brasileiro e Xi Jinping mantêm, desde quando os dois estavam em outras posições. Xi foi o vice de Hu Jin Tao, o presidente da China quando Lula liderava o seu segundo governo. Apesar de a relação ser entre governos, é inegável que há uma simpatia mútua. Além da conversa entre as duas delegações, houve outra, privada, entre os dois presidentes. Prevista na agenda para durar 15 minutos, a conversa se alongou e durou bem mais de uma hora.

O mundo todo está curioso quanto aos frutos desse encontro, porque dois temas importantes dependem de iniciativas dos presidentes de Brasil e China. O primeiro deles é a guerra na Ucrânia. O segundo é o meio ambiente. São temas complexos, dependem de muita diploma-

cia, diálogo, mas são urgentes. E tanto Xi quanto Lula sabem que podem construir uma saída para o impasse diplomático no caso da guerra no leste europeu e das medidas que as nações precisam tomar para reduzir os impactos do aquecimento global.

No caso da guerra da Ucrânia, a posição de Lula é pela formação de um grupo de países neutros – um “Clube da Paz” – que sejam respeitados pelos dois lados, para levar Rússia e Ucrânia para a mesa de negociações. E, de todos esses países, o mais importante é a China, porque, desde as sanções contra a sua economia, a Rússia passou a depender ainda mais do gigante asiático.

“A decisão da guerra foi tomada por dois países. E agora o que estamos tentando construir é um grupo de países que não têm envolvimento com a guerra, que não quer a guerra, que desejam construir paz no mundo, para conversarmos tanto com a Rússia

quanto com a Ucrânia”, disse Lula. “Mas também temos que ter em conta que é preciso conversar com os Estados Unidos e com a União Europeia”, afirmou. Ele declarou que pretende envolver ainda países da América Latina.

Convencer a China a encabeçar esse grupo é também, de certa forma, assegurar que Pequim, que é a quarta maior produtora de armas do mundo, não venda material bélico para a Rússia. Caso isso ocorra, seria muito difícil ver o final do conflito que, além do enorme sofrimento produzido, tem provocado efeitos muito ruins para a economia mundial.

Rússia e Ucrânia são grandes produtores agrícolas e a guerra está causando um aumento nos preços de muitos alimentos. Tem também a questão energética. Sem comprar o gás que vinha da Rússia, os países europeus estão gastando três vezes mais para importar o gás que tem que chegar de navio. Somado ao custo de mandar armas e sustentar a enfraquecida economia ucraniana, o desembolso de dinheiro é insustentável para muitos países europeus.

Durante conversa, Xi e Lula reconheceram que as mudanças climáticas representam um dos

## BRASIL E CHINA ENFATIZAM A NECESSIDADE DE COMBINAR A RESPOSTA CLIMÁTICA URGENTE COM A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

maiores desafios do nosso tempo e que enfrentar a crise contribui para a construção de um futuro compartilhado de prosperidade equitativa e comum para a humanidade.

O Brasil e a China enfatizam a necessidade de combinar a resposta climática urgente com a conservação da natureza para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), in-

cluindo a erradicação da pobreza e da fome, sem deixar ninguém para trás.

Na declaração conjunta Brasil-China sobre o combate às mudanças climáticas, os dois países se comprometem a ampliar, aprofundar e diversificar a cooperação bilateral em clima, bem como promover esforços conjuntos para uma governança global aprimorada sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

“Sob a UNFCCC, o Acordo de Paris nos deu um caminho para manter coletivamente o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e para prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais”, diz o texto. “Estamos determinados a fortalecer ainda mais o multilateralismo, inclusive com todos os nossos parceiros dentro do Grupo dos 77 e da China (G77+China), com vista a um modelo de solidariedade climática que seja coletivo, que rejeite o unilateralismo e as barreiras comerciais verdes e que esteja firmemente fundamentado nos valores de solidariedade e cooperação em nossa comunidade internacional”. •





**DILMA** “A presença do presidente na sede do NDB é uma demonstração dos seus esforços para a promoção do desenvolvimento internacional. Com Lula, o Brasil reassume papel como líder global”, disse

## “COMBATER A DESIGUALDADE”

Na presença de Lula, a primeira mulher que chegou ao poder no Brasil assume agora a presidência do NDB, o banco dos Brics. “A inclusão e a questão da desigualdade são o desafio central dos países em desenvolvimento”, aponta Dilma

**E**la deu a volta por cima. Depois de ser vítima de uma trama golpista urdida entre setores da oposição ao seu governo e do seu próprio companheiro de chapa, Dilma Rousseff retorna à ribalta do palco da política internacional. Na quinta-feira, 13, ela tomou posse na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês). E mostra que se mantém ao lado de todos aqueles que sonham um mundo menos desigual.

No discurso feito diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de autoridades da China e do Brasil, Dilma defendeu que o NDB dê prioridade às ações de combate à pobreza e às desigualdades sociais, usando moedas locais para novos projetos de investimento. Ela declarou que a inclusão e a desigualdade precisam ser enfrentados e superados pelos países integrantes do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

“A inclusão e a questão da desigualdade são desafio central

dos países do Brics. O NDB apoia projetos que sejam críticos. Portanto, para reduzir a desigualdade e melhorar o padrão de vida das imensas comunidades pobres e excluídas, garantindo acesso à moradia, educação e saúde”, disse Dilma Rousseff. “Outra prioridade será promover a inclusão em toda e qualquer oportunidade que tivermos. O NDB precisa apoiar projetos que sejam críticos para reduzir a desigualdade e melhorar o padrão de vida das imensas comunidades pobres e excluídas do acesso à moradia, à

educação e à saúde”.

O banco dos Brics foi fundado pelos quatro países em Fortaleza (CE), durante uma reunião de cúpula do Brics em 2014. O capital inicial do banco é de US\$ 100 bilhões e o capital subscrito inicial é de US\$ 50 bilhões. Entre os objetivos do banco está o de fornecer financiamento para projetos de infraestrutura. A instituição também presta assistência aos outros países que sofrem com a volatilidade econômica após o fim da política monetária expansionista dos Estados Unidos.

Dilma prometeu em seu discurso que vai perseguir tais objetivos de maneira intensa. “Vamos desenvolver modelos de financiamento inovadores, capazes de alavancar recursos públicos e privados para obter o máximo impacto”, disse. “Captaremos recursos dos mais diversos mercados mundiais, em diferentes moedas, como renminbi, dólar e euro. Buscaremos financiar nossos projetos em moedas locais, privilegiando os mercados domésticos e diminuindo a exposição às variações cambiais. Nosso objetivo é construir alternativas financeiras robustas para os países-membros”.

No discurso de posse, Dilma destacou ainda o compromisso do banco na mobilização de recursos para investimentos em energia limpa e eficiente, infraestrutura de transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e infraestrutura digital. Dilma disse que o NDB vai dar “grande prioridade” ao levantamento de fundos próprios para o financiamento de projetos. “O banco está em uma posição única para liderar o caminho ao modelo de desenvolvimento de um mundo próspero”, respeitando as características de cada país.

Dilma também fez questão de ressaltar a importância da volta do Brasil como protagonista no tabuleiro da política internacional.



**VOLTA POR CIMA** Dilma reassume seu protagonismo à frente do NDB, com a promessa de investimentos para promover a inclusão e reduzir a pobreza

“Lula é um líder mundialmente respeitado pelo seu legado e realizações, e que vem inspirando a muitos pela sua história de luta e trabalho pelos mais pobres, pelo seu compromisso com os países em desenvolvimento e economias emergentes e pelo seu compromisso com desenvolvimento sustentável”, disse. “A presença do presidente na sede do NDB e na China é uma demonstração dos seus esforços para a promoção do desenvolvimento internacional. Com o presidente Lula, o Brasil reassume papel decisivo como um líder regional e global”.

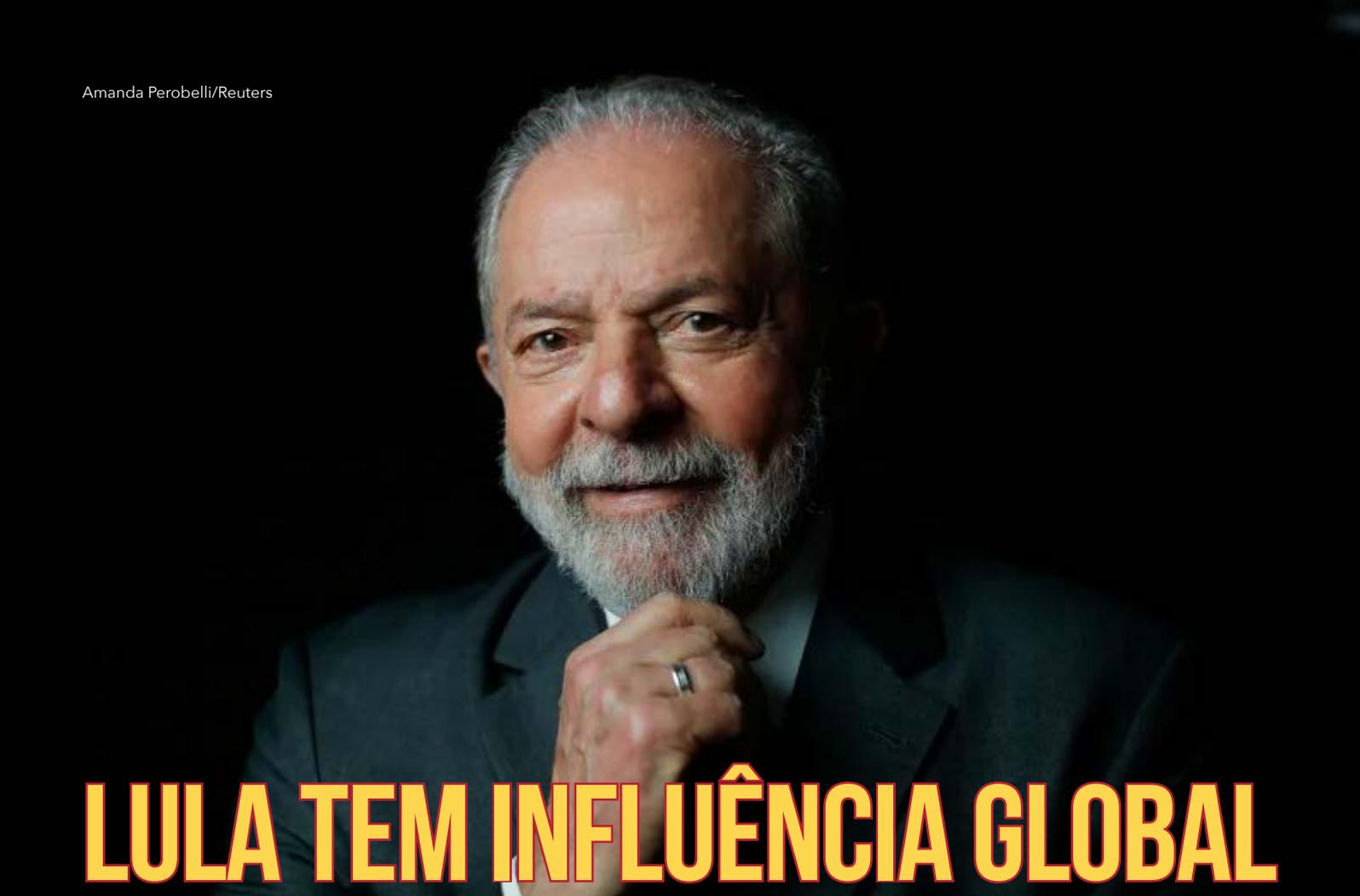
Ela reforçou ainda o seu compromisso em promover a inclusão e reduzir as desigualdades. “Como ex-presidenta de um país em desenvolvimento, sei da importância dos bancos multilaterais, e, sobretudo, do imenso desafio de prover financiamento na escala adequada para atender as necessidades econômicas, sociais e ambientais dos países. Sei do valor que é poder contar com o apoio de uma instituição como o Banco dos Brics, uma instituição que é parceira e comprometida com o apoio às prioridades do desenvolvimento dos nossos países”, disse.

Dilma lembrou que os cinco países do Brics, somados, repre-

sentam mais de 40% da população mundial e aproximadamente um quarto do PIB global. “Estima-se que a economia dos Brics já seja maior do que a economia dos países do G7. De fato, o grupo é hoje uma força ainda mais significativa na economia global, sendo o maior motor de crescimento”, discursou. “Para além da economia, a crescente importância dos Brics é um reflexo do papel de seus integrantes como líderes globais e da sua capacidade de se unir para encarar os maiores e mais urgentes desafios da atualidade. Juntos, os Brics são mais fortes e capazes”.

Com uma população combinada de mais de 3 bilhões de pessoas e um PIB de mais de US\$ 25 trilhões, o grupo tem força para liderar o caminho em direção a um modelo de desenvolvimento compartilhado para todos.

“É bem verdade que as economias emergentes encaram ainda desafios significativos, como a desigualdade persistente, a pobreza extrema, a infraestrutura inadequada e a falta de acesso à educação, à saúde e à moradia. Mas, juntos, os Brics têm condições de contribuir para que seus membros e outros países em desenvolvimento superem esses problemas”, lembrou Dilma. •

A close-up portrait of Luiz Inácio Lula da Silva, the 14th president of Brazil. He is shown from the chest up, wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt and a dark tie. He has a full, grey beard and mustache, and his hair is also grey. He is looking directly at the camera with a slight, thoughtful expression. His right hand is raised to his chin, with his fingers resting against his beard. A ring is visible on his ring finger. The background is dark and out of focus.

# LULA TEM INFLUÊNCIA GLOBAL

A revista *Time* inclui o presidente entre as personalidades capazes de fazer a diferença no mundo em 2023, com direito a perfil elogioso escrito pelo ex-vice-presidente dos EUA Al Gore. Ele chama o brasileiro de “campeão do clima”

**A** volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao grande palco da política internacional é incontestável. Embora a mídia corporativa tupiniquim tente menosprezar a atuação do ex-sindicalista que foi eleito três vezes para comandar a maior nação da América do Sul, Lula projeta sua liderança em todo o mundo de maneira positiva.

Na mesma semana que viajou para a China e Emirados Árabes com uma agenda para promover os produtos brasileiros e atrair investimentos, Lula foi escolhido pela revista estadunidense *Time* como uma das 100 personalidades mais influentes do mundo. Ele figura ao lado de outros líde-

res políticos, como os presidentes Joe Biden (EUA), Olaf Scholz (Alemanha) e Gustavo Petro (Colômbia).

O perfil de Lula é assinado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, que fez dobradinha com Bill Clinton ainda nos anos 90 na Casa Branca. No texto, o líder brasileiro é apontado como um “campeão do clima”, em um contexto de ações políticas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. “Depois de anos de degradação e destruição ambiental sancionadas pelo Estado, o povo do Brasil escolheu um novo caminho ao eleger um campeão do clima: Luiz Inácio Lula da Silva”, escreveu Gore, que é fundador e presidente do Climate Reality Project.

A revista destaca que, como presidente, Lula prometeu fortalecer a posição do Brasil no mundo, renovando o compromisso do país com a democracia, justiça e equidade econômica. “Mas em nenhuma outra área ele pode causar um impacto mais significativo do que nas crises do clima e da biodiversidade”, aponta Gore, citando a alta de desmatamento na Amazônia nos últimos anos.

“O presidente Lula prometeu proteger a Amazônia – e já o fez antes, reduzindo o desmatamento em 72% em seu mandato anterior. Do combate à perda florestal à aceleração da transição para energia limpa no Brasil, a liderança do presidente Lula será fundamental nesta década decisiva para a ação climática”, completou.



Divulgação/COP27

## SERGEI LAVROV VISITA O BRASIL

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, esteve em Brasília para encontros de alto nível com a cúpula do governo Brasil. Ele se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto, e também como chanceler Mauro Vieira.

Os dois chefes da diplomacia se encontraram na Índia, em março, e, de acordo com o Itamaraty, discutiram os principais temas da agenda bilateral e multilateral e analisaram as perspectivas da guerra na Ucrânia. Ainda em março, o embaixador Celso Amorim, assessor especial de Lula, esteve em Moscou e encontrou-se com Vladimir Putin.

A viagem de Lavrov ocorre em meio à defesa que Lula tem feito de uma mediação conduzida por vários países, entre eles a China, aliada próxima à Rússia, para pôr fim à guerra na Ucrânia. A proposta do petista de criar um “clube da paz” para negociar o fim da guerra é um dos temas das conversas.

Durante viagem oficial de Lula à China, os governos brasileiro e chinês publicaram nota conjunta. Entre outros pontos abordados, como a soberania de Taiwan, a declaração ressalta que os países países entendem que “diálogo e negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia”.

A visita de Lavrov é observada com atenção pela diplomacia dos EUA, que considera excessivos os sinais de aproximação do Brasil com a Rússia. A Casa Branca avalia que parte disso se deve à dependência do fornecimento de fertilizantes russos no Brasil. •

**RECONHECIMENTO** O líder Al Gore elogia o brasileiro por sua agenda ambiental, lembrando que o país viveu a redução do desmatamento com Lula

A lista dos 100 mais influentes do mundo inclui, entre outros, políticos, artistas, empresários e esportistas e não estabelece uma ordem de classificação. Nenhum outro brasileiro aparece na lista deste ano. No mês passado, a *Time* também divulgou a lista das 12 mulheres do ano em 2023. Uma das eleitas foi a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Gore coloca que a vontade política para a ação climática floresceu em 2022: com os EUA fazendo o investimento mais significativo em soluções climáticas em sua história com a Lei de Redução da Inflação, enquanto a Austrália elegeu um governo pró-clima e se comprometeu com maiores reduções de emissões. E não poupa Bolsonaro, apesar de não mencioná-lo: lembrando da eleição de Lula, “depois de anos de degradação e destruição ambiental sancionadas pelo Estado”.

“O Brasil abriga uma das maravilhas naturais mais importantes do nosso planeta: a floresta amazônica”, lembra Al Gore. “Depois de muitos anos de crescente desmatamento e incêndios florestais, a Amazônia está se transformando de um sumidouro de carbono em uma fonte líquida de emissões”.

Em maio do ano passado, Lula foi capa da revista *Time*, que trouxe uma longa entrevista destacando que “o presidente mais popular do Brasil retorna do exílio político com a promessa de salvar a Nação”. O texto altamente elogioso colocava o líder brasileiro como a promessa de recolocar o país no rumo do desenvolvimento com Justiça social.

“A vida de Luiz Inácio Lula da Silva já completou vários arcos dramáticos. Primeiro, a jornada do herói: uma criança nascida na pobreza muda-se para a cidade grande, passa a liderar um sindicato e então se torna o presidente mais popular da história do Brasil moderno”, apontava a reportagem, na edição de 4 de maio. “Em seguida, a tragédia: um célebre estadista é envolvido em um esquema de corrupção impressionante, enviado para a prisão e forçado a assistir do lado de fora enquanto rivais desmantelam seu legado”.

A final cita a reviravolta ocorrida em abril de 2021, quando o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações por corrupção que excluíram Lula - como ele é universalmente conhecido - da política em 2018. O STF declarou Sergio Moro, que condenou Lula, como um juiz tendencioso. •

# O BRASIL VOLTOU. E A DEMOCRACIA ESTÁ DE PÉ

O ataque de bolsonaristas radicais em 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes em Brasília foi rechaçado e levou a uma coesão institucional em defesa do mandato popular do presidente. Assegurar a normalidade democrática é uma das grandes realizações de Lula nos cem dias de seu governo

**O**s ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de extremistas do bolsonarismo invadiu as sedes dos palácios do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, tinham como objetivo instigar um golpe contra o governo Lula e a democracia.

No dia seguinte ao dramático episódio que poderia jogar o país no abismo da incerteza política e na destruição de sua democracia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e governadores visitaram as instalações da sede do Supremo. Após reunião com o presidente no Palácio do Planalto, os representantes estaduais atravessaram a Praça dos Três Poderes à pé para prestar solidariedade à Corte. Também acompanharam a caminhada a presidente do STF, Rosa Weber, os ministros Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, além de ministros do governo federal e parlamentares.

Desde então, várias ações foram iniciadas, prisões realizadas, buscas e apreensões de suspeitos e materiais investigados em todo o Brasil. O governo Lula estava em seus primeiros dias, a energia positiva resultado da posse que emocionou o país ainda era viva, quase palpável. Mas foi preciso dar resposta à altura da gravidade dos atos e preparar bases que evitem novos atentados à democracia.

A reação do governo aos atos golpistas é também considerada uma das primeiras ações – senão a principal – do início do mandato de Lula: intervenção na segurança pública do Distrito Federal anunciada pelo próprio presidente ao condenar a atuação dos vândalos, ainda no dia 8 de janeiro. O

interventor foi Ricardo Capelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça. A medida foi certa e teve como objetivo conter o grave comprometimento da ordem pública na capital federal.

“Eles vão perceber que a democracia garante direitos e liberdades, mas também exige que as pessoas respeitem as instituições que foram criadas para fortalecer a democracia”, disse Lula. “E esses vândalos, que poderíamos chamar de fascistas fanáticos, fizeram o que nunca foi feito na história deste país”.

## A REAÇÃO DO GOVERNO AOS ATOS GOLPISTAS CONTRA A DEMOCRACIA FOI UMA DAS PRIMEIRAS AÇÕES — SENÃO A PRINCIPAL — DOS CEM DIAS DE LULA

Segundo o STF, dos 2.151 golpistas presos em flagrante, 602 continuam detidos: 520 homens e 82 mulheres. Como todos são de diferentes origens, foi oferecida a possibilidade de transferência para outras comarcas, mas houve quem preferisse continuar no sistema prisional do Distrito Federal. Os homens estão no presídio da Papuda, enquanto as mulheres estão presas na Colmeia.

Em pesquisas realizadas após os atos de vandalismo e de ataque

à democracia, os números mostraram a desaprovação da população e apontavam a responsabilidade direta do líder da extrema-direita. Para 70% dos entrevistados pelo Datafolha, Jair Bolsonaro é responsável pelos eventos, mas 47% acham que ele foi responsável apenas em parte.

Segundo o ministro Flávio Dino, a democracia neste século é desafiada por elementos inesperados. “Deus, por um lado, e Satanás, por outro, colocaram nas nossas mãos o celular. O tribunal do Facebook é um controle sobre o Judiciário, mas nem sempre um controle justo. É por isso mesmo que precisamos de controles sociais institucionalizados”, disse. Para Dino, o Judiciário tem boas propostas para a defesa da democracia.

No balanço apresentado dos cem dias de governo, no tema segurança, além do desafio enfrentado no dia 8 de janeiro com os ataques antidemocráticos, houve o relançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Destinado à prevenção, controle e repressão da criminalidade e atuando contra a violência em raízes socioculturais, o Pronasci articula ações de segurança pública e das políticas sociais.

Trata-se de um amplo projeto executado pela União em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, que já conta com R\$ 700 milhões assegurados para investimentos em ações voltadas à prevenção, controle, segurança pública e repressão da criminalidade e combate ao feminicídio.

E Lula, no discurso em alusão aos cem dias de governo, lembrou: “no dia seguinte à barbárie, os Três Poderes marcharam unidos – do Palácio do Planalto ao Supremo Tribunal Federal, passando pelo Congresso Nacional – para dizer não ao fascismo. O Brasil votou a dizer sim à democracia”. •



**BALANÇO** O presidente Lula reúne a equipe ministerial no Palácio do Planalto: “Não se constrói um país sobre as ruínas da fome, dos ataques à democracia, do desrespeito aos direitos humanos e das desigualdades”

# CEM DIAS. UM NOVO TEMPO

O governo Lula já adotou medidas para retomar o projeto político para o desenvolvimento do país com mais Justiça social, interrompido desde o Golpe de 2016. A hora é de manter a luta por uma sociedade menos desigual e mais justa

**O** Brasil voltou a ter futuro. E isso é apenas o começo”. A afirmação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao fazer um balanço dos cem primeiros dias do governo na reunião ministerial realizada em 10 de abril. Os 100 primeiros dias serviram para que a atenção às pessoas e o crescimento econômico aliado à inclusão social voltassem a existir. O Brasil voltou a ser o país do Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida, do Mais Médicos, da merenda escolar farta e saudável.

“Não se constrói um país ver-

dadeiramente desenvolvido sobre as ruínas da fome, dos ataques à democracia, do desrespeito aos direitos humanos e das desigualdades de renda, raça e gênero”, disse Lula no evento realizado no Palácio do Planalto na segunda, 10. “Não se chega a lugar nenhum deixando para trás a metade mais sofrida da nossa população” advertiu. A imprensa comercial considera que o governo fez pouco e que Lula recauchutou velhos programas. Não é bem assim.

O fato é que os primeiros cem dias do governo Lula acumulam avanços. A retomada de progra-

mas bem sucedidos nos dois mandatos de Lula (2003-2009) e de Dilma (2010-2016) não deveria ser surpresa, uma vez que expressavam uma política com um olhar social do governo vitorioso nas eleições de outubro de 2022. Também não deveria constituir motivo de espanto o fato de que, em algumas áreas, os impactos de medidas já tomadas serão detectados a médio ou longo prazo.

Além de esquecer que o governo recém-empossado teve de conter uma tentativa de golpe em 8 de janeiro e juntar os cacos da democracia atacada por Jair Bolsonaro, boa parte dos analistas

da mídia também parecem ter ignorado o caráter emergencial da reintrodução de políticas públicas bem-sucedidas, como o Bolsa Família e o Mais Médicos, por exemplo. Importante dizer que mesmo que tenham sido mantidos os nomes, tais programas sofreram modificações amplamente discutidas e divulgadas nos meses da transição.

O fato é que os desafios para unir e reconstruir o país são enormes. No entanto, um balanço mais equilibrado pode mostrar que estão sendo enfrentados. O governo Lula cumpriu 13 das 36 promessas feitas na campanha eleitoral. Outros quatro foram parcialmente atendidas, e 14 ainda não foram cumpridas. Cinco compromissos ainda não podem ser avaliados.

“É importante lembrar que da outra vez eu recebi o governo de um presidente democrata [Fernando Henrique Cardoso], um companheiro que tinha uma história de luta nesse país, pela democracia, pelos direitos humanos. Uma marca de civilidade”, disse Lula. “Nós sabemos o que o país passou de 2018 a 2022. As ofensas que o país passou. Que as mulheres sofreram, os negros e negras, os democratas, a Suprema Corte, governadores. Nunca antes um presidente os tratou com tanto desrespeito. Mas a democracia voltou”.

Lula lembrou que há mais 1.360 dias de governo. Novas medidas para melhorar a vida da população serão anunciadas nos próximos dias. As novas regras do marco fiscal vai dar fim ao falido teto de gastos e trazer de volta o pobre ao orçamento. A reforma tributária vai tornar a cobrança de impostos mais simples e mais justa. O diálogo com governadores e prefeitos vai destravar obras paradas, gerando emprego e melhorando a infraestrutura do país. •

# O BRASIL voltou.

Pra fazer mais  
POR NOSSA GENTE.



## COMBATE À FOME

O Bolsa Família retornou com valor mínimo de R\$ 600 assegurado e com uma novidade: um adicional de R\$ 150 para cada criança de até 6 anos na família. Em março, mais de 21,1 milhões de famílias, receberam um valor médio de R\$ 670,33, o maior já registrado na história. A partir de junho, haverá um adicional de R\$ 50 para cada dependente entre 7 e 18 anos e gestantes.

Outra ação fundamental foi o reajuste médio de 36,4% nos repasses dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O orçamento para a compra da merenda saltou de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), extinto em 2019, foi restabelecido e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional foi restituída.

## SAÚDE

A Saúde voltou a ser prioridade. O governo retomou o Mais Médicos, com a abertura de 15 mil vagas para atender principalmente em áreas de extrema pobreza. Além disso, criou o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, que garantiu R\$ 600 milhões em apoio a estados e municípios que aderirem à iniciativa.

Já o Movimento Nacional pela Vacinação foi relançado com uma grande campanha para ampliar

as coberturas de todas as vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). O governo assegurou auxílio financeiro às 3.126 entidades privadas sem fins lucrativos, incluindo as Santas Casas, que complementam o SUS em 1.738 municípios. Os recursos serão aplicados para custeio de serviços prestados por essas entidades.

## HABITAÇÃO

O Minha Casa, Minha Vida retornou para reduzir o déficit habitacional e restabelecer a Faixa 1, de imóveis subsidiados para pessoas em situação de vulnerabilidade. Foram entregues 5.693 moradias em 14 municípios de oito estados e anunciada a retomada de obras de mais de 6,5 unidades. A meta do governo é contratar 2 milhões de moradias até o fim de 2026.

## EDUCAÇÃO

O governo reajustou em até 200% as bolsas de estudo, pesquisa e formação de professores e estudantes, incluindo graduação, pós-graduação, iniciação científica e a bolsa permanência. O piso salarial de professores da educação básica foi reajustado em quase 15%, com vencimentos passando para R\$ 4.420,55. Lula retomou o diálogo e os encontros anuais com reitores de universidades e institutos federais.

Leia mais sobre outras medidas adotadas pelo governo Lula nesses cem dias no site [o Brasil voltou](#).



# NOVA REGRA. VELHOS PROBLEMAS

Adobe Stock

O marco fiscal de Haddad muda a lógica do arrocho com desinvestimento, o modelo neoliberal que se impôs a partir do Golpe de 2016. O plano permitirá ao Brasil investir na área social e promover a reconstrução com menos desigualdades

**E**m 100 dias de governo, uma das tarefas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi elaborar saídas para um problema que já dura muitas décadas. Depois de muita articulação política e outro tanto de cálculos e pes-

quisas, a equipe econômica de Haddad acertou um pacote para assegurar uma regra fiscal coerente e anticíclica que recupere a capacidade do Estado brasileiro de promover crescimento e retomar as políticas de inclusão social, mesmo em tempos de vacas magras. Parece pouco, mas

há uma certa dose de ousadia nesta proposta.

O eixo da nova política fiscal, apelidada pela imprensa corporativa de “arcabouço fiscal” é composto por dois princípios básicos. O primeiro é que o cálculo de investimentos do governo federal será inserido no orçamento



José Cruz/Agência Brasil

**FLEXIBILIDADE** O ministro Fernando Haddad diz que as novas regras fiscais permitirão ao Estado se ajustar em relação ao cenário econômico

a partir de uma receita existente, e não mais de uma expectativa futura de arrecadação.

O segundo ponto é que o montante desses investimentos não poderá exceder a receita, mesmo em momentos de bonança econômica. Mas tampouco poderá ser reduzido em relação ao ano anterior, ainda que as receitas não tenham aumentado. Isso quebra a lógica que imperou na política econômica desde a queda de Dilma Rousseff da Presidência, com o Golpe de 2016.

Pela proposta fiscal, o governo Lula pretende investir o equivalente a 70% do crescimento da arrecadação de impostos ocorrida no ano anterior. Os 30% excedentes serão destinados a uma reserva, que poderá ser acionada quando houver instabilidade econômica ou alguma nuvem no horizonte do ambiente de negócios do país.

Como o orçamento da União é elaborado pelo governo e apresentado ao Congresso entre junho e julho, é possível construir uma proposta para o ano seguinte com a informação precisa sobre o crescimento da economia e da arrecadação. “Não se crava um número imaginário e se sai

correndo atrás dele, como era no Brasil”, disse Haddad, durante a apresentação da nova regra no final de março.

No caso de a economia não crescer ou diminuir de um ano para outro, fica assegurada a aplicação de um mínimo de 0,6% do PIB em investimentos. Esse percentual baseia-se na taxa média de crescimento vegetativo populacional no país.

Essa garantia de recursos estará associada a uma meta de resultado primário do governo – a diferença entre arrecadação e despesas. A nova regra fiscal prevê a necessidade de redução gradual do déficit até que se atin-

ja um superávit de 1% em 2026.

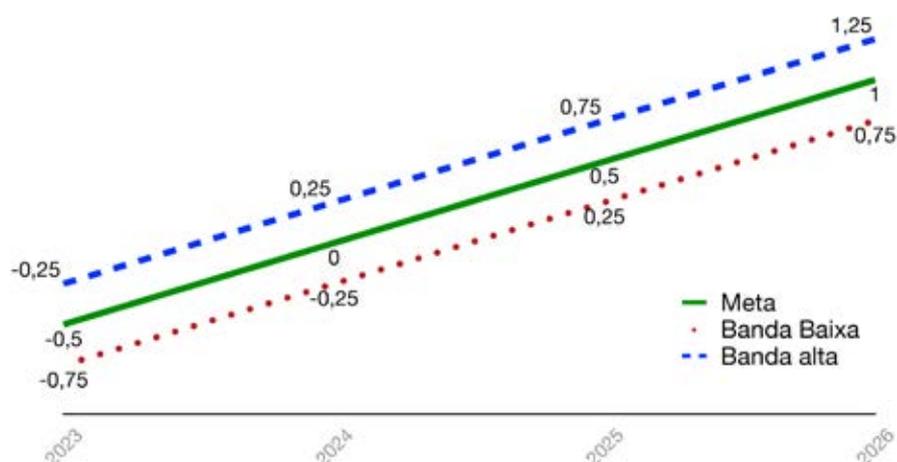
As novas metas anuais serão regidas por bandas de 0,25%, para mais ou para menos (veja gráfico abaixo). Caso a banda mínima em determinado ano não seja atingida, ainda que as receitas aumentem, a taxa de novos investimentos será reduzida de 70% para 50% dessas receitas.

Os recursos disponíveis para novos investimentos ficam também limitados a 2,5% do crescimento da arrecadação de um ano para outro, como uma espécie de subteto. Para explicar, Haddad recorreu à hipótese de um crescimento anual de receitas de 5%: “70% de 5% é 3,5%. Vamos ficar com os 2,5%”.

Historicamente, o percentual de crescimento das receitas é próximo do resultado do PIB. Para Haddad, o limite de 2,5% é positivo: “forma um colchão na fase boa para usá-lo na fase ruim”. Segundo o ministro, isso dá flexibilidade. “Assim não se desorganiza o Estado, especialmente em relação aos direitos constitucionalmente instituídos”, explicou, referindo-se, obviamente, aos repasses obrigatórios assegurados pela Constituição para áreas vitais.

Portanto, as despesas de custeio e verbas previstas no texto constitucional – saúde, educação e previdência – e o chama-

## AS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS



do piso da enfermagem estão garantidos e não fazem parte desses investimentos abarcados pela proposta do novo pacote fiscal.

Com esse novo modelo, o governo Lula quer substituir o teto de gastos, que congelou os investimentos e deu início ao desmantelamento das políticas de atendimento à população. O teto foi criado em 2016, após o golpe contra Dilma. Antes do teto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que funcionou a partir do ano 2000, tinha, entre seus defeitos, na avaliação de Haddad, o de não prever mecanismos anticíclicos que evitassem cortes abruptos em momentos de crise.

O ministro da Fazenda ressaltou que o sucesso do plano depende da robustez da arrecadação. Além do recolhimento de tributos e impostos estar relacionado ao crescimento econômico, também virá de ajustes que incluirão grandes grupos que se utilizam de sonegação ou elisão fiscais e, portanto, não contribuem. Haddad garantiu mais uma vez que não haverá criação nem aumento de impostos, apenas correção de injustiças.

Outra aposta do governo Lula é que as novas regras fiscais vão melhorar a avaliação do Brasil junto às agências internacionais, elevando a atratividade para investidores nacionais e estrangeiros. O Brasil perdeu o grau de investimento em 2015.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirma que a nova regra fiscal conjuga estabilidade e previsibilidade. “É fácil de ser entendida e é transparente. Por ser transparente, é crível”, elogia. O foco não é diminuir despesas, mas ter qualidade nos gastos. “Não é possível, num país líder de produção de laranja, as crianças receberem suco em pó na merenda”, criticou. Daí a necessidade de

José Cruz/Agência Brasil



**PREVISIBILIDADE** A ministra Simone Tebet aponta que a nova regra fiscal traz estabilidade: “É fácil de ser entendida e é transparente. Portanto, é crível”

manter políticas públicas a salvo de cortes.

Ao mesmo tempo, na opinião de Tebet, outro objetivo será alcançado com rapidez: estabilidade. “Vamos conseguir já no ano que vem zerar o déficit. Vamos estabilizar a dívida pública”, diz.

Economistas do campo progressista ouvidos pela Focus consideram as regras muito restritivas ao gasto público. No

entanto, elogiam que há uma flexibilidade na proposta, uma vez que ela não será objeto de emenda constitucional, e sim um projeto de lei. Poderá ser alterada com mais facilidade no futuro.

Uma das razões possíveis para a rigidez com os gastos, opinam, é sinalizar para o BC, refratário à política social de Lula, não haverá “gastança”. Apesar da ortodoxia da autoridade monetária – chefiada por Roberto Campos Neto, um indicado de Paulo Guedes – isso permitirá a redução da taxa básica de juros.

Cada ponto de redução da Selic representa entre R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões anuais nas despesas com dívida pública. Analistas de mercado ouvidos pela mídia corporativa sinalizam que as novas regras tornam possível e urgente a redução dos juros básicos.

Outra aposta é que com a alavancagem dos investimentos estrangeiros, a partir de estratégias como a parceria com a China, mas também com o setor privado, o volume de recursos para projetos pode amenizar os efeitos da austeridade das novas regras. Ou até que finde o mandato de Campos Neto, em 2024. •

## AS NOVAS REGRAS FISCAIS VÃO MELHORAR A AVALIAÇÃO DO BRASIL, AUMENTANDO A ATRATIVIDADE A INVESTIDORES ESTRANGEIROS

# ECONOMIA: BONS SINAIS À VISTA

Estamos no rumo: a inflação medida pelo IPCA divulgada pelo IBGE mostrou desaceleração em março e, no acumulado nos últimos 12 meses, ficou em 4,65%. É a menor taxa desde 2021

Zeca Dirceu

**S**inais positivos na economia mostram o acerto das medidas que vêm sendo adotadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o apoio do presidente Lula. A despeito da descomunal taxa de juros sustentada pelo Banco Central, que constitui hoje a maior barreira para o crescimento econômico e a geração de empregos e renda no país, os últimos dados demonstram que o Brasil está no rumo certo.

A inflação medida pelo IPCA divulgada nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou desaceleração em março e, no acumulado nos últimos 12 meses, ficou em 4,65%, primeira vez abaixo dos 5% desde janeiro de 2021, mais de dois anos atrás. A variação mensal caiu de 0,84% em fevereiro para 0,71%, abaixo dos 0,77% previstos pelo mercado financeiro. Tal desaceleração da inflação após três meses de governo cria um ambiente ainda mais favorável para reduzir a taxa básica de juros.

A bolsa passou a subir e a cotação do dólar caiu ao menor patamar em dez meses, graças em grande parte à confiança



de investidores estrangeiros no governo Lula. A cesta básica ficou mais barata em 13 capitais. Os preços dos alimentos, cujos aumentos penalizavam tanto os mais pobres, deixaram de ser os vilões da inflação.

A balança comercial teve o melhor março da série histórica. As vendas no comércio tiveram o melhor mês de janeiro em 23 anos, demonstrando claramente a confiança da população no governo Lula.

Com o envio ao Congresso Nacional do novo arcabouço fiscal nos próximos dias, o governo avança com um tema estratégico para o País, que vai muito além das disputas entre situação e oposição. Significa, antes de mais nada, romper com o esdrúxulo teto de gastos, instituído pela Emenda Constitucional 95, que só trouxe prejuízos ao Brasil, ao comprimir os recursos destinados às políticas do governo e fazer os investimentos públicos despencarem.

O novo marco fiscal trará um ambiente ainda mais positivo para investidores nacionais e estrangeiros, com segurança econômica e previsibilidade, a fim de atingir uma das principais metas propostas por Lula: resgatar a economia brasileira, gerar empregos e renda, sob amparo de um modelo susten-

tável, com respeito ao meio ambiente e aos direitos sociais e trabalhistas da população.

Este cenário de positividade vai ser reforçado ainda com outras medidas a serem adotadas em breve pelo governo que, entre outros aspectos, beneficiarão a classe média, tão massacrada no período recente. As empresas de menor porte, que são as que mais geram empregos, receberão a devida atenção. Também se ampliará à classe média o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem como objetivo construir 2 milhões de moradias, impactando enormemente a atividade econômica.

Todas as ações serão balizadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável, o Conselhão, a ser reinstalado no mês que vem, contando com empresários e empreendedores de diferentes portes entre seus membros. Um espaço para ampliar o diálogo com toda a sociedade, permitindo ao governo definir novas políticas para o pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um país no rumo certo, para que a população seja mais feliz, tenha mais qualidade de vida e garanta um futuro melhor para as novas gerações. •

Deputado federal pelo Paraná, é líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



Adobe Stock

# EXPECTATIVA SOBRE O FUTURO

Pesquisas indicam o que os brasileiros esperam mudanças no cenário econômico. Segundo o Datafolha, a maioria (54%) dos entrevistados teme o aumento da inflação, mesmo diante do recuo do IPCA em março – o menor índice em dois anos. A melhora não veio ainda na velocidade que o povo anseia

## Matheus Tancredo Toledo

**O**s brasileiros querem mudança e a melhora de vida. E estão com pressa. É isso que apontam as últimas pesquisas sobre o humor do brasileiro. Este é o tema deste artigo, dando sequência à série do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Per-

seu Abramo, sobre as pesquisas recentes do Datafolha, além dos resultados de outra amostragem do IPEC. Vemos aqui as expectativas por mudanças na situação econômica e o futuro do país.

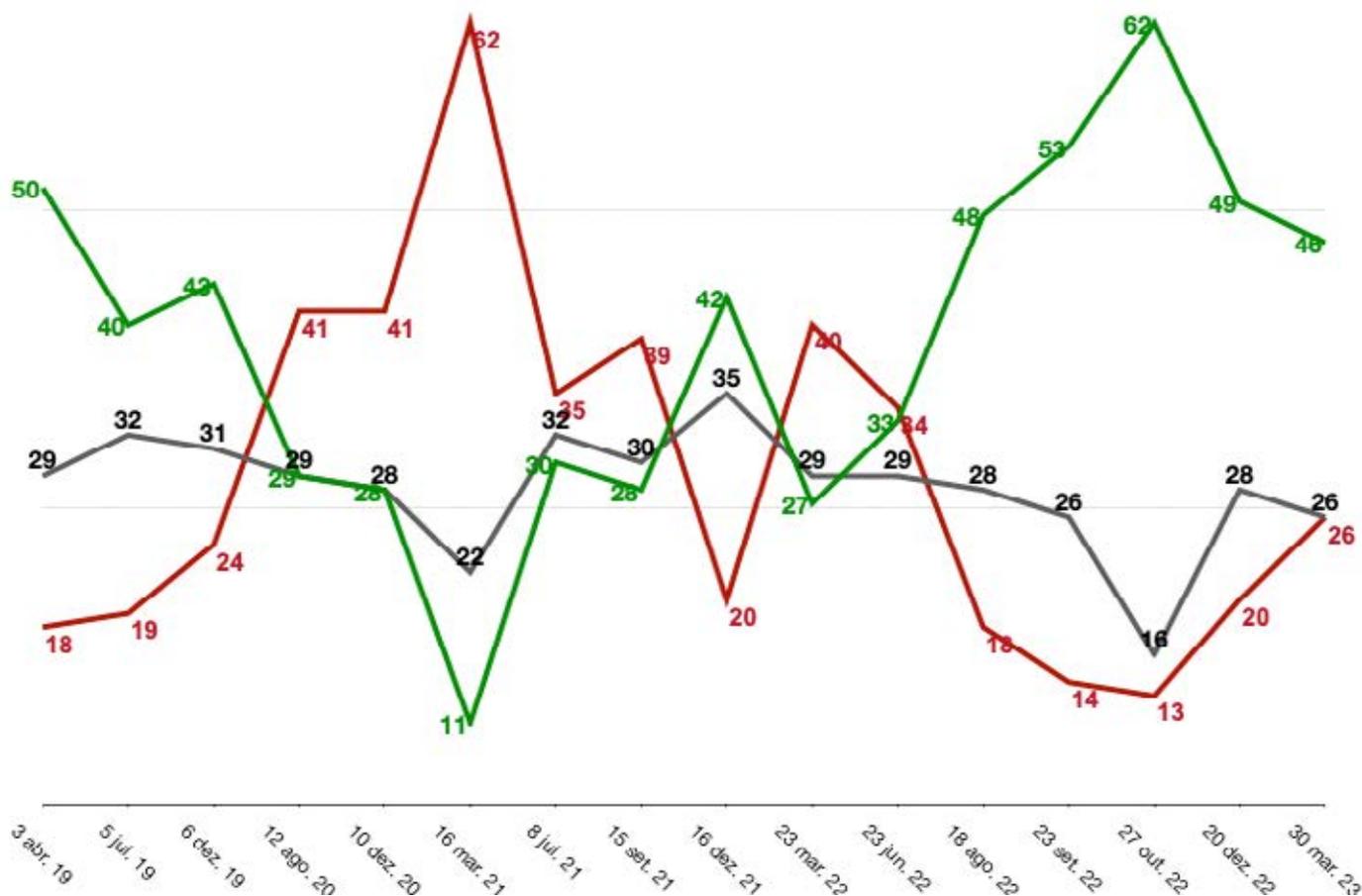
O Datafolha mediu as expectativas econômicas do povo brasileiro. Comparando com o levantamento de dezembro de 2022, é possível verificar variações nas projeções dos entrevistados sobre o futuro. A força do noticiário eco-

nômico provocou uma percepção de que a situação do país vai piorar, mesmo diante de indicadores mostrando agora o contrário.

Para 54%, a inflação vai aumentar – são 15 pontos percentuais a mais que em dezembro. Mas o fato é que a inflação oficial do Brasil em março caiu para 0,71%. E só não caiu ainda mais por causa da alta da gasolina. Nos últimos doze meses, o IPCA acumula 4,65%. O menor índice des-

# DATAFOLHA: NA SUA OPINIÃO, A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL...

vai melhorar, na avaliação de 40% dos brasileiros, mas em dezembro, eram 49%



Fonte: Datafolha

■ VAI MELHORAR ■ VAI FICAR IGUAL ■ VAI PIORAR

de janeiro de 2021.

Daí a estranheza que apenas 20% dos entrevistados acreditam que a inflação vai diminuir – 11 pontos a menos. Somam 44% (7 pontos a mais) os que creem que o desemprego irá aumentar, enquanto 29% (8 pontos a menos) que esperam um recuo. Os dados indicam uma reversão de expectativas, num sentido negativo, comparado ao que as pessoas esperavam do governo que viria.

No entanto, um dado pode ajudar a explicar os motivos. No governo Bolsonaro, havia uma forte reprovação puxada por uma sensação de piora econômica pessoal e do país, impera nesse momento o diagnóstico feito por uma parcela significativa da população que as coisas se mantiveram como já estavam. São 41% (6 pontos a mais)

os que creem que a economia fica como estava, enquanto 35% acham que piorou – uma diminuição de 3 pontos em relação a dezembro.

Em relação à situação econômica pessoal, 50% (uma variação de 12 pontos a mais) veem que ficou como estava, enquanto diminuiu a sensação de melhora (de 31% para 23%) e de piora (de 31% para 27%). A maior parte, 46%, ainda acha que a situação econômica do país vai melhorar. O número, no entanto, é 16 pontos menor do que o da véspera do segundo turno das eleições.

O Datafolha também mensurou a percepção dos brasileiros sobre as taxas de juros e sobre a insistência do Banco Central em mantê-las elevadas. Para 71%, as taxas são mais altas do que deveriam, e 80% crêem que o presidente Lula age bem

ao pressionar o BC e seu presidente para diminuí-las. São números que reforçam o porque de uma parcela significativa da população avaliar o governo regularmente: não mais a reprovação pela piora, mas sim uma avaliação mediana pela ausência de melhora.

Por fim, a pesquisa IPEC realizada no começo de abril, demonstra que não houve alteração na avaliação de governo desde o levantamento anterior, do começo de março. O governo Lula é visto como ótimo/bom por 39% dos brasileiros, como regular por 30% e como ruim/péssimo por 26%. Todas as oscilações estão dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais. •

\* Cientista político doutorando pela USP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



# A INDIFERENÇA DO TWITTER

Ministério da Justiça sobe o tom e exige remoção de conteúdo violento das redes sociais. A plataforma de Elon Musk considera que perfis de usuários glorificando ataques às escolas e creches aqui no Brasil não infringem a política de uso. Vale tudo em nome da liberdade de expressão

**Guto Alves**

**D**epois de dar as costas ao problema em reunião com o Ministério da Justiça, o Twitter começou a remover conteúdos extremistas da plataforma. A medida não acontece por iniciativa própria e só ocorreu após a repercussão negativa da reunião que representantes da plataforma do bilionário Elon Musk tiveram com o ministro Flávio Dino na segunda-feira, 10.

No encontro em que participavam da reunião as plataformas Meta, Kwai, TikTok, YouTube, Google e WhatsApp, uma advogada

do Twitter disse que fotos de assassinos de crianças e perfis que incentivavam violência e glorificação de ataques não infringem a política de uso da rede social. O Twitter se exhibe como um protagonista do horror das redes sociais ao ignorar o tamanho do problema.

A plataforma de Musk se viu pressionada por uma campanha que tomou conta de diversas redes sociais. Usuários brasileiros foram direto ao ponto ao repercutir a manifestação da representante da plataforma: "Twitter apoia massacres". Imediatamente após a reunião, o ministro Flávio Dino convocou uma coletiva de imprensa

para apresentar detalhes do encontro.

É inegável que a escalada da divulgação de ameaças de ataques em escolas brasileiras e o consequente terror gerado, em especial a alunos, pais e professores, conta com o Twitter como um importante aliado. O ministro da Justiça detonou: "não existe liberdade de expressão para quem quer matar as crianças nas escolas".

Há 15 dias, Dino havia requerido, por meio da Operação Escola Segura, a retirada de 161 contas no Twitter que vinculavam conteúdo de apoio aos ataques em creches e instituições de ensino infantil. No sábado, autoridades

brasileiras já haviam identificado e pedido a remoção de pelo menos 270 contas. Até terça-feira, 11, foram 546 pedidos de remoção entregues ao Twitter e um pedido ao TikTok.

É unânime – ou deveria ser – que o combate à violência deve passar por um monitoramento de inteligência de grupos que cooptam jovens em redes sociais como a do passarinho. Diante da insistente falta de cooperação do Twitter com a Operação Escola Segura, Dino anunciou na quarta-feira, 12, que o governo Lula regulará as plataformas quanto aos conteúdos que fazem apologia a ataques e violências nas escolas. O ministro declarou que, uma vez considerado ilegal e não for retirado o conteúdo, a plataforma sairá do ar ou poderá ser multada em até R\$12 milhões.

A declaração do ministro deixou claro que as sanções são restritas à operação que combate a onda de violência nas escolas brasileiras, uma ação orquestrada em uma espécie de submundo das redes sociais, em especial o Twitter, onde grupos de extrema-direita se organizam em guildas, uma espécie de deep web do Twitter, só que a olhos vistos.

O algoritmo, o famigerado, parece não mostrar o conteúdo a todos os usuários e deixá-lo nichado, criando comunidades que basicamente expõem jovens e crianças a signos de violência e a criminosos cultuados. Segundo Dino, a portaria que indica o controle do conteúdo violento segue compatibilidade com o Marco Civil da Internet.

Somente após tanta pressão e respondendo a campanhas de protestos de seus próprios usuários, inclusive com a possibilidade de sair do ar – o Brasil é a quarta maior base de usuários do Twitter, com quase 20 milhões de contas –, é que a rede social de Elon Musk resolveu agir com a retirada

Valter Campanato/Agência Brasil



**LIMITE** Ministro da Justiça, Flávio Dino reagiu à omissão do Twitter: “Não existe liberdade de expressão para quem quer matar crianças nas escolas”

de conteúdo e suspensão de contas, conforme orientado pelo Ministério da Justiça.

Dos mais de 500 pedidos, cerca de 100 foram atendidos até o fechamento desta edição. “Uma criança vale mais do que todos os termos de uso de todas as plataformas”, declarou Dino. Ele disse que plataformas de redes sociais serão responsabilizadas caso não contribuam no combate à violência nas escolas.

Antes e depois de Musk. É assim que todos definem o Twitter, rede social criada em 2006 nos Estados Unidos. Em outubro de 2022, após muita especulação, o bilionário Elon Musk comprou a rede por obscenos US\$ 44 bilhões e, desde então, tem visto a desvalorização da big tech. Parece querer afastar o bom senso e abrigar o extremismo. Esta é a avaliação de especialistas sobre a gestão do bilionário, que tem incentivado a extrema-direita nos Estados Unidos e se encontrou com Jair Bolsonaro no ano passado quando esteve no Brasil.

O Twitter passou a promover uma espécie de ultraje a rigor, respondendo a jornalistas com emojis escatológicos de fezes – não há mais assessoria de imprensa

na empresa. A plataforma ainda promoveu a demissão em massa de funcionários que mantinham o Twitter em pleno funcionamento. Musk ainda promoveu uma bagunça na exibição do conteúdo. A grande questão hoje entre os usuários é permanecer, ou não, nesta rede.

As redes sociais protagonizam discussões calorosas acerca de estratégias para combater a onda de ataques e ameaças a escolas no mundo todo, em especial no Brasil, que agora parece ter importado o problema dos Estados Unidos. Na berlinda pós-moderna dos usuários uma questão se torna premente: abandonar a plataforma, deixando-a com exclusividade aos extremistas ou permanecer nela e lutar para que barrem e atuem contra os grupos que se organizam por ali?

Não há “caminho do meio”. Mas é preciso enfrentar o problema com o rigor que o tema suscita. E isso passa por medidas ostensivas, como as anunciadas pelo governo Lula, contra plataformas que garantem impunidade a criminosos, assassinos e grupos que cooptam jovens, incentivando-os a glorificar os ataques sob a desculpa de liberdade de expressão. •



# ANDES: DISPUTA DECISIVA

A eleição no sindicato nacional dos docentes é decisiva e terá profundas implicações para a esquerda brasileira. É que está em jogo os rumos da educação pública e o futuro da ciência e tecnologia no país

**Maria Caramez Carlotto**

**E**m 10 e 11 de maio, ocorrerão eleições para o Andes-Sindicato Nacional que representa parte importante dos professores e professoras do ensino público brasileiro, incluindo instituições federais, estaduais e municipais. Essa é a eleição mais importante da entidade em muitas décadas e, por isso, todos nós, militantes de esquerda em geral, e petistas em particular, devemos prestar máxima atenção nos desdobramentos deste pleito.

Pela primeira vez na história do Andes-SN, três chapas estão concorrendo. A Chapa 1, intitulada Andes pela base, representa o grupo majoritário da atual direto-

ria do Andes, que há praticamente 24 anos dirige o sindicato de maneira ininterrupta.

A Chapa 2 chamada Andes-SN Classista e de luta representa um racha da atual diretoria. Ocorreu basicamente porque o grupo majoritário da atual diretoria (hoje na chapa 1) resolveu apoiar a desfiliação do Andes da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), enquanto o grupo minoritário (hoje na Chapa 2) defendia manter essa filiação.

Vale notar que o movimento da Chapa 1 de apoiar o afastamento em relação à CSP-Conlutas é tardio, oportunista e eleitoreiro, assim como é tardio, oportunista e eleitoreiro o movimento de reconhecer e denunciar o Golpe de 2016, buscando atribuir apenas à

Chapa 2 os erros de avaliação que contribuíram de maneira decisiva para a o enfraquecimento da hegemonia desses grupos à frente do sindicato.

E, por fim, a Chapa 3 Renova Andes que representa basicamente a oposição organizada à atual diretoria, formada, como eu disse, pelas Chapas 1 e 2.

Importante frisar que o Renova Andes é um movimento que se organizou de maneira mais sólida a partir de 2016, vocalizando uma importante indignação da base dos docentes em relação à recusa do atual grupo da diretoria do sindicato de reconhecer o Golpe de 2016 e lutar contra ele, bem como de se somar às entidades, partidos e movimentos democrático-populares que organizaram

a luta em defesa da democracia e contra a prisão ilegal, injusta e política de Lula.

Fortaleceu este movimento o fato de que eram muitos os professores e professoras de ensino superior que se opunham à linha política do Andes, mas que continuavam apostando na necessidade de construir o sindicato nacional. De maneira oportunista, a atual diretoria, tanto os membros da Chapa 1 quanto da Chapa 2, acusam esse amplo setor do professorado de estar vinculado à Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifefes).

Obviamente, os que se empenham na disputa política do Andes não concordam que a Proifefes seja uma solução para os problemas enfrentados pelo sindicato nacional. Assim, a acusação dos membros da atual diretoria, seja da Chapa 1 seja da Chapa 2, revela o desespero eleitoral por trás da tentativa oportunista de atribuir à Chapa 3 intentos divisionistas.

Na verdade, não é exagero dizer que o maior interessado na derrota da Renova Andes nesta eleição é a própria Proifefes, uma vez que a mudança da linha política do sindicato, a partir da vitória da Chapa 3 contribuirá para trazer de volta muitas entidades hoje na federação. É justamente isso que defendemos: um Andes-SN forte, representativo e com força para defender os professores e professoras de ensino superior e disputar o sentido público da política de educação, ciência e tecnologia.

Foi com esse espírito que a Chapa 3 apresentou-se para as eleições do sindicato em 2018 e 2020, obtendo nos dois pleitos aproximadamente 45% dos votos. Agora, na eleição de 2023, três chapas estão concorrendo. A eleição ocorre em turno único e ganhará a chapa que obtiver mais

votos, sem necessidade de obter maioria absoluta.

O que está realmente em jogo nesta eleição?

O sindicato tem uma importância histórica para a esquerda brasileira. Foi criado nos anos 1980, na luta contra a ditadura, pela redemocratização do país, tendo incidido de maneira decisiva no debate sobre educação na Constituinte e liderado as mobilizações contra o sucateamento e a privatização da educação pública durante os

## A CHAPA RENOVA ANDES MOSTRA INDIGNAÇÃO DA BASE DOS DOCENTES EM RELAÇÃO À RECUSA DO SINDICATO DE RECONHECER O GOLPE DE 2016

governos FHC.

Naquela época época, a Andes, como se chamava então a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior, era referência fundamental para a esquerda brasileira em várias lutas e debates. Porém, a partir da dos anos 2000, quando se tornou Andes-Sindicato Nacional, foi se isolando e perdendo relevância política.

Isso se deve, basicamente, a dois movimentos:

Por um lado, a diretoria do sindicato foi assumindo, cada vez mais, uma prática sindical equi-

vocada: em nome da defesa de princípios absolutos, desistiu de organizar lutas concretas em torno de pautas reais que, inclusive, permitissem um acúmulo de forças para as disputas mais amplas que precisavam ser feitas. Com isso, o Andes-SN se afastou da vida da maioria dos professores e professoras, acumulou derrotas, perdeu representatividade e se enfraqueceu.

Por outro lado, quanto menos representativo, mais o sindicato ia assumindo uma postura sectária, de recusa de participação de debates e lutas mais amplas da sociedade brasileira. Essa postura isolacionista atingiu seu ápice na decisão da direção do sindicato de se retirar do Fórum Nacional de Educação, em 2011, deixando os docentes de ensino superior público sem representação nos debates mais importantes sobre educação, ciência e tecnologia durante os governos Lula e Dilma.

Vale notar que só este ano, por incidência do Renova Andes no congresso, o sindicato voltou a compor o Fórum Nacional Popular de Educação, ainda que na condição de observador.

Em suma: nas últimas duas décadas, o Andes deixou de ser um sindicato que luta por pautas concretas para a categoria docente e deixou de ser, também, uma voz ativa no debate educacional do país.

Essa dupla orientação equivocada foi se acirrando ao longo do tempo, resultando num enfraquecimento crescente do sindicato, que se acentuou a partir do Golpe de 2016. Um dado que reforça: entre 2018 e 2023, o Andes perdeu aproximadamente 5 mil filiados, ou seja, aproximadamente 6% da sua base filiada, num contexto em que a categoria seguiu crescendo ainda que a taxas vegetativas.

Esse enfraquecimento se deu, em primeiro lugar, porque a recusa da atual diretoria de se enrai-

zar no cotidiano dos professores e professoras e da universidade, impediu que enxergasse a importância das profundas transformações que estavam ocorrendo na maioria das instituições de ensino superior do país em função das políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma.

É preciso ter claro. A partir de 2003, uma política de expansão e democratização da educação superior pública mudou profundamente as universidades federais do país, com reflexos sobre as instituições estaduais e municipais.

Políticas como o Reuni, o novo Enem, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), Ciência Sem Fronteiras e a Lei de Cotas Raciais transformaram radicalmente nossas universidades, democratizando o perfil de alunos e professores e professoras.

Os membros das chapas 1 e 2, que há 24 anos dirigem o Andes-SN, em geral, combateram essas políticas, indo na contramão do sentimento geral da maioria do professorado de ensino superior público brasileiro.

No mesmo sentido, a atual direção do sindicato não foi capaz de entender o que estava em jogo a partir de 2015. Organizou uma greve extemporânea contra o governo Dilma em 2015. Negou o golpe e entrou numa irresponsável campanha pelo “Fora Todos” em 2016. E recusou-se a se engajar na campanha Lula Livre.

Tal postura profundamente equivocada contribuiu para corroer a legitimidade do Andes junto aos docentes de ensino superior e em relação aos movimentos democráticos e populares, inclusive do campo da educação.

Além disso, e por causa disso, o Andes não teve força para organizar a luta contra os ataques dos governos Temer e Bolsonaro com a radicalidade que esses desgovernos pediam. Um conjunto de medidas de profundo impacto ne-

gativo sobre a educação pública brasileira como o teto de gastos, a reforma da previdência, a proposta de reforma administrativa, as intervenções em eleições de reitores e reitoras, as perseguições político-ideológicas, o congelamento de salários e verbas não tiveram a resposta necessária.

Assim, os ataques se aprofundavam e o Andes não tinha força de liderar os professores e professoras na resistência a esse terrível momento da história brasileira.

## RECUPERAR O ANDES É FUNDAMENTAL AO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DO PAÍS E PARA O FORTALECIMENTO DA ESQUERDA BRASILEIRA

Não foi diferente com crescimento do negacionismo e do anti-intelectualismo de verve fascista: enquanto eles ganhavam força, o Andes não assumia a linha de frente da defesa da educação pública e da ciência, por exemplo, organizando uma campanha unificada em defesa das universidades. Isso é ainda mais grave porque o Andes é um sindicato estruturado, que hoje precisa se colocar a serviço das lutas mais importantes do povo brasileiro.

Foi contra essa realidade política que surgiu a chapa Renova

Andes. Nossa aposta é que o Andes-SN é, ainda hoje, um dos sindicatos mais importantes do país. Isso se deve ao seu tamanho real e potencial: são mais de 300 mil docentes na base e 65 mil filiados aptos a votar. Mas também pelo fato dele organizar uma categoria fundamental para qualquer projeto democrático-popular de desenvolvimento: professores pesquisadores de instituições públicas de ensino e pesquisa. E por atuar em uma pauta absolutamente decisiva no próximo período: a educação, a ciência e a tecnologia.

A esquerda brasileira está profundamente ligada à luta em defesa da educação pública, da autonomia científica e tecnológica, da democratização do conhecimento e da cultura e da construção de uma política de desenvolvimento que coloque o ensino no centro da agenda. Isso será ainda mais importante durante o Governo Lula 3, quando volta ao primeiro plano a luta entre concepções sociais e concepções (neo)liberais de desenvolvimento, de democracia e, claro, de educação.

Por isso, recuperar o Andes-SN é fundamental o projeto de reconstrução do país e para o fortalecimento da esquerda brasileira no próximo período. Daí o título deste texto ser máxima atenção às eleições do sindicato e suas implicações para a esquerda brasileira.

É fundamental divulgar amplamente as eleições e, especialmente, a chapa 3. Nosso site com todo o material, propostas, apoios e outras informações relevantes está no endereço [renovaandes.com.br](http://renovaandes.com.br). Está em jogo a orientação política da esquerda em uma das áreas mais essenciais: a educação pública, a ciência e a tecnologia. •

\* Professora da UFABC, é candidata ao cargo de vice-presidenta do Andes pela chapa Renova Andes.

**INTERNACIONAL**

# **OS CRIMES DE MILITARES AMERICANOS CONTINUAM IMPUNES... E DAÍ?**





Os EUA seguem impunes, mesmo quando seus militares cometem crimes que poderiam ser julgados pelo Tribunal Penal Internacional, ao promoverem ações em território estrangeiro. Mas a Casa Branca joga com padrões duplos e interfere diretamente no funcionamento do sistema de Justiça da ONU

**Marcelo Zero**

**N**o dia 3 de fevereiro de 1998, um jato EA-6B Prowler, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, decolou da Base Aérea de Aviano, situada no nordeste da Itália. Era para ser um voo de rotina, mas o capitão Richard Ashby e seu navegador Capitão Joseph Schweitzer resolveram voar muito mais baixo que o recomendado, apenas 110 metros do solo, descumprindo intencionalmente regras básicas de segurança.

Percorrendo um vale nas Dolomitas italianas, o jato acabou por se chocar com os cabos de um teleférico que levava turistas para uma montanha. Resultado; os cabos foram cortados e 20 pessoas morreram na queda. O jato, contudo, voltou em segurança para a base dos EUA.

O incidente provocou grande comoção na opinião pública da Itália, até mesmo porque as comunidades próximas ao local vinham se queixando, há tempos, dos voos rasantes e das acrobacias temerárias que os pilotos dos EUA costumavam fazer.

Houve pressão para de que os pilotos fossem levados a um tribunal italiano e julgados, pela lei da Itália, por homicídio culposo. No entanto, isso não aconteceu. Por quê?

Porque os EUA têm com o Itália um acordo que garante, aos militares norte-americanos que servem em território italiano, um tratamento jurídico especial. Esse tipo de acordo existe também em todos os outros países nos quais os EUA mantêm cerca de 800 instalações militares.

Tais acordos, denominados Status of Forces Agreements (SOFAs), foram criados para definir e

distribuir a jurisdição sobre delitos cometidos por forças militares norte-americanas no estrangeiro, particularmente na Europa.

De um modo geral, os SOFAs distribuem a jurisdição da seguinte forma: os crimes militares são julgados por tribunais militares do Estado que enviou as tropas e os crimes civis são julgados por cortes do Estado receptor.

Contudo, na imensa maioria dos casos, os militares norte-americanos acusados de crimes são julgados por cortes militares dos EUA. Foi o que aconteceu, no caso do teleférico italiano.

No ano seguinte, os pilotos dos EUA foram absolvidos da acusação de homicídio culposo pelo tribunal militar de Camp Lejune, na Carolina do Norte, causando indignação na opinião pública italiana.

Mas não são apenas os SOFAs que asseguram proteção especial

e impunidade aos militares e ao pessoal do governo dos EUA.

Logo após a entrada em vigor do Tribunal Penal Internacional (TPI), os EUA, que tinham retirado sua assinatura do Tratado de Roma, em 2002, entraram em campo para pressionar os países signatários a firmarem acordos que impedissem a entrega de cidadãos norte-americanos acusados de crimes contra a humanidade àquela corte internacional.

Os EUA alegaram que o artigo 98, parágrafo segundo, do Estatuto de Roma fornecia base jurídica para a celebração de acordos bilaterais que assegurassem a imunidade a nacionais de quaisquer países. Na realidade, o mencionado parágrafo foi inserido no estatuto para contemplar as situações definidas em acordos que foram firmados antes da elaboração daquela norma.

De qualquer forma, os EUA conseguiram êxito. Hoje, Washington têm mais de 100 acordos bilaterais distribuídos pelo mundo, os quais asseguram que cidadãos norte-americanos não serão enviados para julgamento no Tribunal Penal Internacional. São os denominados Bilateral Immunity Agreements (BIAs), também denominados Bilateral Non-Surrender Agreements.

A Anistia Internacional os chama, entretanto, de “acordos de impunidade”. Dessa forma, os EUA não apenas não ratificaram o TPI, como fizeram, e fazem, um esforço internacional deliberado para socavá-lo.

Em 2019, quando uma procuradora do TPI, Fatou Bensouda, tentou investigar os crimes do pessoal norte-americano no Afeganistão, Washington imediatamente cancelou seu visto para entrar nos EUA e na sede na ONU em Nova York.

Pouco tempo depois, ela foi encontrada na Specially Designated Nationals and Blocked Persons List,

uma lista administrada pelo Departamento do Tesouro dos EUA, a qual bloqueia os bens e a movimentação financeira de pessoas que são consideradas inimigas de Washington.

Embora o governo Biden posteriormente a tenha retirado dessa “lista negra”, os EUA continuam se opondo fortemente a “quaisquer ações do TPI relacionadas às situações do Afeganistão e da Palestina”.

Os EUA e alguns aliados, como

## EM 2002, OS EUA RETIRARAM SUA ASSINATURA DO TRATADO DE ROMA, CON DUTA SEM PRECEDENTES QUE ABALOU O SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL

Israel, por exemplo, temem, com razão, que muitos de seus cidadãos possam ser processados pelo Tribunal Penal Internacional, em virtude dos inúmeros crimes cometidos em suas intervenções pelo mundo afora.

Só na guerra do Iraque, desencadeada sob o falso pretexto das armas de destruição em massa, os EUA mataram cerca de 600 mil pessoas, muitas das quais civis inocentes. No Afeganistão, teriam morrido 243 mil pessoas. A Brown University estima que, ao todo, tenham falecido quase 1 milhão de

pessoas (928 mil) em guerras desencadeadas pelos EUA e aliados.

Entretanto, é muito pouco provável que o Tribunal Penal Internacional venha a investigar a sério os crimes contra a humanidade cometido pela Casa Branca e seus aliados, em vários teatros de guerra.

Até agora, o TPI indiciou 52 indivíduos por crimes de guerra, genocídio ou crimes contra a humanidade. Desse total, 47 são africanos e o resto é de russos.

A desproporção de africanos é de tal ordem que a União Africana recentemente encorajou os países africanos a não trabalharem com o TPI, pois essa corte internacional estaria agindo como “uma força neocolonial que busca fortalecer ainda mais os interesses políticos e extrativistas ocidentais na África”.

Não há, portanto, como discordar da China. Quando o presidente Vladimir Putin foi indiciado pelo Tribunal Penal Internacional, o governo Xi Jinping afirmou que a corte agia com “padrões duplos” e desrespeitava as regras do direito internacional público, que asseguram imunidade a chefes de Estado.

Diga-se de passagem, o TPI, que foi tão rápido em indiciar Putin, com base numa acusação esfarrapada de supostos sequestros de crianças ucranianas, até agora não deu resposta ao pedido brasileiro para acusar Jair Messias Bolsonaro, em razão das centenas de milhares de vítimas de Covid-19, inclusive indígenas, como os ianomâmis.

O Brasil, que acreditou no Estatuto de Roma, e que, e até o final de 2020, era o sexto maior contribuinte do TPI, pode se desapontar. Pelo andar da carruagem, estaremos todos num teleférico nas Dolomitas. •

Sociólogo, especialista em Relações Internacionais. é assessor da liderança do PT no Senado.

Stroop Report/Reprodução

21 de abril de 1792

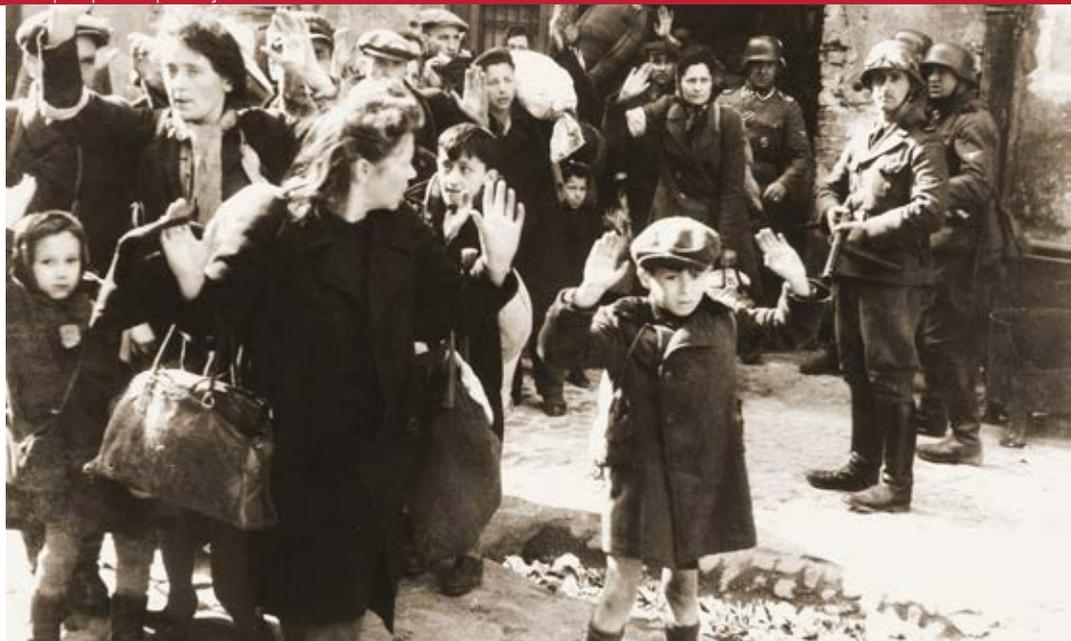
## O HERÓI TIRADENTES É EXECUTADO

Um movimento ocorrido no final do século 18 em Minas Gerais se tornou um dos marcos da luta pela independência do Brasil, dando início ao processo que levaria ao rompimento da relação do país com Portugal. A chamada Inconfidência Mineira acabou não ocorrendo pela delação de um de seus participantes a um dos líderes do movimento, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ele seria condenado ao enforcamento em 21 de abril de 1792.

Tiradentes foi um dentista, tropeiro, minerador, comerciante, militar e ativista político nasceu numa fazenda próxima a São João Del Rey, em Minas Gerais. Ele se tornaria o patrono cívico do Brasil por liderar a conspiração separatista denominada Inconfidência Mineira, contra o domínio português. Quando a trama foi descoberta pelas autoridades, ele foi preso, julgado e enforcado.

Desde o advento da República, em 15 de abril de 1889, Tiradentes é considerado herói nacional. A cidade mineira de Tiradentes, antiga Vila de São José do Rio das Mortes, foi renomeada em sua homenagem. Seu nome está inscrito no Livro dos Heróis da Pátria desde 21 de abril de 1992.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



19 de abril de 1943

## O LEVANTE DO GUETO DE VARSÓVIA SURPREENDE

O Gueto de Varsóvia, na Polônia, se levanta contra o jugo nazista. Judeus comunistas, socialistas e sionistas se unem numa frente contra as deportações para os campos de extermínio e enfrentam os alemães a bala. O levante foi um ato de resistência contra a ocupação nazi alemã. Naquela altura o regime de Adolf Hitler já tinha iniciado os transportes da maioria dos habitantes do gueto.

O gueto era um lugar na capital polonesa cercado por muros altos, onde os judeus haviam sido confinados pelos nazistas, sujeitos à fome, humilhações, proibições e controles. Entre junho e setembro de 1942, mais de 300 mil deles foram removidos de lá para as câmaras de gás do campo de extermínio de Treblinka. Lá viviam 380 mil pessoas.

A batalha final começou na noite da páscoa judaica, no domingo, 19 de abril de 1943. Três mil soldados nazistas confrontaram a resistência de 1,5 mil moradores do gueto. Os partisanos judaicos dispararam e atiraram granadas

contra patrulhas alemãs a partir de becos, esgotos, janelas. Os nazis responderam detonando as casas bloco por bloco e cercando e matando todos os judeus que podiam capturar.

A ordem de eliminar o gueto havia sido dada em fevereiro, pelo comandante da SS – tropa de elite nazista – Heinrich Himmler. Em 19 de abril, quando a SS chegou, deparou-se com uma forte resistência dos judeus, que lutaram com revólveres, granadas, coquetéis Molotov e tudo que conseguiram transformar em armas. Os revoltosos sabiam da impossibilidade da vitória, mas combateram os alemães com grande heroísmo.

A luta entre judeus e nazistas duraria até 16 de maio, quando o gueto foi totalmente destruído. Durante esses 28 dias, mais de 40 mil judeus morreram ou foram deportados. Esta seria a primeira revolta urbana contra os nazistas na Europa ocupada, e a maior resistência judaica contra o holocausto.



23 de abril de 1984

## CONTRA AS DIRETAS, TANQUES AMEAÇAM BRASÍLIA

Em 18 de abril de 1984, uma semana antes da votação da emenda Dante de Oliveira (MDB-MS), o general João Figueiredo decreta estado de emergência no Distrito Federal, em Goiânia e em nove municípios do entorno da capital do país. A medida tem o objetivo de isolar Brasília, evitar manifestações pró-Diretas e intimidar o Congresso Nacional. O direito de reunião é suspenso e se estabelece a censura aos noticiários de rádio e TV.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, em discurso enérgico, condena "o ato ditatorial que afronta a Nação". O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, diz que "o governo assinou seu atestado de óbito". Um dia antes de decretar as medidas de emergência, o governo havia apresentado uma emenda constitucional marcando eleições presidenciais para 1988.

Ulysses rejeitou a proposta, com apoio da maioria dos governadores de oposição.

Figueiredo nomeou como executor das medidas o comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, que imediatamente estabeleceu o bloqueio das estradas. No dia seguinte, seriam presos seis pacifistas que jejuavam a favor das diretas em frente à Catedral de Brasília e dois jornalistas que estavam no local. Da mesma forma que havia feito no estado de emergência em 1983, na votação do decreto do arrocho salarial, o general Newton Cruz promoveu um espetáculo de autoritarismo e abuso do poder.

Na segunda-feira, 23 de abril, a pretexto de comemorar o aniversário do Comando Militar do Planalto, o general desfilou na Esplanada dos Ministérios montado sobre um cavalo branco, à frente de 6 mil militares e 116

tanques e carros de combate. No dia seguinte, a população de Brasília promoveria um buzinaço e o general reagiria chutando e chicoteando automóveis que passavam pela avenida. "Buzina agora seu filho da..." Apesar do general, as buzinas tocaram até a madrugada do dia 25, data da votação. Das janelas dos prédios, os moradores batiam panelas.

O Congresso foi cercado por PMs na véspera da sessão, mas isso não impediu que na manhã do dia 25 milhares de estudantes ocupassem o gramado em frente ao edifício. Deitados sobre a grama, escreveram com seus corpos a palavra de ordem Diretas-Já. Dentro do prédio, a votação se prolongou até as 2h da madrugada do dia 26, sem que o país pudesse acompanhar os discursos e os votos pelo rádio ou pela TV. As informações saíam do prédio apenas por telefone e por telex para as sedes de sindicatos e outras entidades em diversos pontos do país.

A emenda precisava de 320 votos (dois terços dos deputados) para ser aprovada. Alcançou 298, incluindo votos de 54 deputados do PDS. Houve 112 ausências, quase todas de parlamentares do partido do governo que tinham vergonha de votar contra as Diretas. Apenas 25 votaram "não".

Mesmo derrotada, a campanha das Diretas determinou o completo isolamento político e social da ditadura militar que completara 20 anos naquele mês de abril de 1984. As oposições e os movimentos populares mostraram sua força. O partido oficial estava dividido. O regime se aproximava do fim, mas ainda apostava numa negociação política da transição.



20 de abril de 1997

## JOVENS DA ELITE MATAM ÍNDIO GALDINO

Cinco jovens de classe média ateiam fogo a um índio que dormia sob a cobertura de um ponto de ônibus em Brasília. Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, da tribo pataxó hã-hã-hãe, teve 95% do corpo queimado e morreu no dia seguinte. Os agressores disseram que queriam “dar um susto” no que acreditavam ser um mendigo.

Galdino vivia em uma aldeia no sul da Bahia. Estava na capital com outros indígenas para reivindicar terras griladas por fazendeiros. Ele era um dos conselheiros de seu povo e participara na véspera de manifestações do Dia do Índio. Ao retornar ao local em que estava hospedado, perdeu-se e só encontrou o caminho correto pela madrugada. Foi, contudo, impedido de entrar pela dona da pensão. Decidiu, então, abrigar-se sob um ponto de ônibus.

Às 5h da manhã, Max Rogério Alves, Antônio Novély Cardoso de Vila Nova, Eron Chaves de Oliveira, Tomaz Oliveira de Almeida e G. A., menor de idade, encontraram Galdino. Jogaram álcool combustível e atearam fogo ao cobertor em que o índio estava enrolado. Fugiram em seguida, mas testemunhas anotaram a placa do automóvel em que estavam.

O parentesco dos jovens – um é filho do juiz federal Novély Vilanova da Silva Reis; outro, enteado do ex-ministro, Walter Medeiros, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – evitou que fossem punidos severamente. Receberam regalias dentro da prisão até serem libertados em 2004, após cumprirem metade da pena.

17 de abril de 1996

## PM MASSACRA OS SEM-TERRA NO PARÁ

Acampados na rodovia PA-150 depois de uma marcha de sete dias rumo a Belém, 1.500 trabalhadores sem terra são atacados pela Polícia Militar. Dezenove são brutalmente assassinados. O episódio ganha enorme repercussão internacional e ficaria conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, município do sudoeste do Pará onde ocorreu a matança.

Havia três meses que os agricultores ocupavam a Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Diante da inoperância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), eles partem para a capital paraense para cobrar a desapropriação do governo. No acampamento à beira da rodovia, os sem-terra esperavam obter alimentos e transporte para vencerem os 600 quilômetros restantes da jornada.

O governador Almir Gabriel (PSDB), o secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, e o presidente do Instituto de Terras do Pará, Ronaldo Barata, articularam uma operação militar a pretexto de “desobstruir a rodovia”.

Quase 300 policiais armados com escopetas, metralhadoras,

fuzis e revólveres investiram contra os acampados, que resistiram usando paus e pedras. Após duas horas de enfrentamento, 19 sem-terra foram mortos e mais de 50 ficaram feridos. Dezenas de lavradores foram presos, espancados e humilhados. Nenhum PM morreu.

A perícia mostrou que pelo menos dez sem-terra foram executados com tiros à queima-roupa. Outros sete foram mortos por instrumentos cortantes, como foices e facões. Foram encontradas nos corpos perfurações a bala. As vítimas tiveram membros mutilados e crânios esmagados.

Mesmo quem tentou se proteger, foi atacado: Oziel Alves Pereira, de 17 anos, depois de se refugiar em uma casa, foi caçado, baleado, algemado e arrastado pelos cabelos até o ônibus da PM. Seu corpo apareceu depois no Instituto Médico Legal.

A ação policial foi filmada pela TV Liberal. Um dia após o massacre, as imagens ganharam o mundo. O governador responsabilizou o coronel Mario Colares Pantoja, comandante da operação, pela truculência da ação e prometeu pensão vitalícia às famílias das vítimas, além da desapropriação da Fazenda Macaxeira.



17 de abril de 2016

## INFÂMIA: CÂMARA APROVA O IMPEACHMENT DE DILMA POR 367 VOTOS

O dia 17 de abril de 2016 entrou para a história do Brasil como o Dia da Infâmia. Nesta data, a Câmara aprovava a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, dando início ao período mais sombrio do país no século 21. Por 367 votos contra 137, o plenário da Câmara aprovou o início da abertura do processo para o afastamento da presidenta da República, eleita por 54,5 milhões de votos em outubro de 2014.

Houve sete abstenções e somente dois ausentes dentre os 513 deputados. A sessão durou 9 horas e 47 minutos e a votação, seis horas e dois minutos. Às 23h08, pouco mais de 40 minutos antes do fim da sessão, o voto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) completou os 342 necessários para a autorização do processo. Deputados pró-impeachment comemoraram intensamente no plenário; deputados contrários ao apontaram injustiça contra a presidenta.

Em vídeo divulgado na internet, no fim da noite de sexta, 15, Dilma disse que golpistas queriam derrubar o Bolsa Família. O vice-

presidente Michel Temer (PMDB-SP), que articulou o golpe, reagiu à fala e a criticou. As traições de parlamentares da base do governo de Dilma envergonharam o país. Mauro Lopes (PMDB-MG), exonerado da Secretaria de Aviação Civil para votar contra o impeachment, acabou votando a favor da continuidade do processo.

No plenário o então deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), um parlamentar do baixo clero, inexpressivo, pegou o microfone e protagonizou um dos mais trágicos momentos da democracia brasileira, ao enaltecer o torturador que infligiu tortura a Dilma, quando ela era militante contra a ditadura militar.

“Perderam em 64, perderam agora em 2016”, disse Bolsonaro. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, disse o deputado. Ustra chefiou o DOI-Codi, a polícia política da ditadura militar em São Paulo nos anos 1970, quando diversos militantes políticos eram torturados no local em instalações do Estado brasileiro. Ele se tornou um dos principais símbolos da

repressão política no Brasil. O governo Dilma criou a Comissão Nacional da Verdade, que investigou crimes cometidos por agentes da ditadura militar.

A presidenta seria afastada do poder em 12 de maio de 2016, quando o Senado aprovou a abertura do processo, mesmo sem provas de crimes de responsabilidade que poderiam ter sido cometidos por Dilma, o que justificaria legalmente o impeachment.

Os senadores cassaram definitivamente o mandato de Dilma em 31 de agosto daquele ano, por 61 votos contra 20. O país sofreria então grave retrocesso político e social. Já exercendo o poder, Temer assumiria de vez o governo, promovendo amplo retrocesso na legislação trabalhista e social.

Ainda naquele mesmo ano, o Congresso aprovaria a Emenda Constitucional 95, com o chamado Teto de Gastos, com a intenção de impedir investimentos e congelar os gastos públicos pelo prazo de 20 anos. A agenda neoliberal de Temer se consolidaria com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2018.



**DESAPARECIDOS** Romance do jornalista e professor trata na ficção de um congresso dos fantasmas daqueles que foram assassinados pela ditadura militar nos anos de chumbo, entre 1968 e 1974 -- o período mais sombrio

# ÀQUELES QUE TOMBARAM

Novo romance de B.Kucinski remonta histórias de pessoas que foram assassinadas pelo Estado até os tempos coloniais. Em "O Congresso dos Desaparecidos", o escritor parte de uma situação absurda para resgatar e ampliar a memória dos que morreram na ditadura

**Bia Abramo**

**O**novo livro de B.Kucinski, "O Congresso dos Desaparecidos", se inscreve na difícil categoria da ficção híbrida. Para o crítico literário Márcio Seligmann-Silva, trata-se de um "romance-manifesto". Sem discordar completamente de Seligmann-Silva, talvez fosse interessante acrescentar mais algumas definições: ao lado do potente libelo a favor da memória e da reparação histórica dos desaparecidos que emerge da leitura, Kucinski experimenta uma espécie

de romance-ensaio com fortes tintas paradidáticas.

E em nada isso diminui a importância da obra, uma vez que as questões ali discutidas pelos dois desaparecidos que iniciam o diálogo nada tem de triviais. A cena inicial é puro nonsense: dois amigos se reencontram por acaso na praça da República, no centro de São Paulo. Só que estão mortos e fazem parte da lista dos desaparecidos do período da ditadura militar. No exato momento que o leitor supõe que o narrador vai enveredar pela nostalgia dos tempos idos (e sempre mais gentis), o escritor lhe dá uma rasteira: em

vez de sentimentalismo, vamos de investigação histórica e debate político.

Os dois ex-companheiros, então, inventam de organizar um congresso que reúna os 434 mortos e desaparecidos no período da guerrilha urbana e rural para que contem suas histórias de vida, de luta e, sobretudo, de suas mortes violentas e que foram relegadas ao esquecimento. No processo de organização, questões práticas que cercam esse simpósio de fantasmas se desdobrarão em dilemas de toda a espécie; dos éticos-existenciais aos mais teóricos, que propõem perguntas novas:

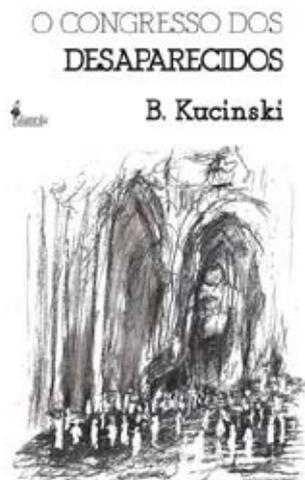
em que medida, outros personagens eliminados e silenciados da história do Brasil não deveriam compor esse colóquio?

Na construção da obra, B.Kucinski deixa entrever suas pegadas intelectuais. O autor, também jornalista e pesquisador, publicou “K. – Relato de uma Busca. São Paulo”, seu primeiro romance em 2011, aos 74 anos. De lá para cá, com uma produtividade impressionante, escreveu mais seis obras de ficção, entre romances e contos, com projeto de se dedicar ao período 1964-1985, isto é, os anos do regime militar, em especial às vítimas do período da repressão.

A escolha de Bernardo Kucinski certamente tem relação com sua história pessoal: foi preso e exilado. Teve mais sorte que a irmã, Ana Rosa Kucinski, militante da ALN morta sob tortura. Construiu uma sólida carreira como jornalista, trabalhando desde Londres para a BBC e para a Gazeta Mercantil, e, na volta ao Brasil no período da redemocratização, em dois dos títulos mais importantes da imprensa alternativa, como “Movimento” e “Em Tempo”.

Reintegrado à Universidade de São Paulo, foi professor da Escola de Comunicações e Artes, no curso de Jornalismo. Dois de seus livros sobre história da profissão – “Jornalistas e Revolucionários” (1991) e “Jornalismo Econômico” (1996) – tornaram-se referência para qualquer estudioso da área. Quando enveredou pela ficção, Bernardo Kucinski adotou uma assinatura literária, B.Kucinski, como que para marcar o abandono do jornalismo e construir uma nova persona literária nova.

“Juntaram-se num mesmo momento o enfado e a desilusão com o jornalismo, a aposentadoria compulsória da USP e a saída do governo Lula, onde eu estava emprestado como assessor da Presidência”, comenta. “Nesse vazio comecei a escrever um folhetim



**RESGATE** O jornalista Bernardo Kucinski traz uma prosa seca, sublinhando o período macabro da história do país. Uma carreira literária de compromisso

satírico quase como um divertimento. Saiu com facilidade (“Matar o Presidente”). Gostei e me pus a escrever uma novela policial ambientada na USP que também saiu com facilidade (Alice). A partir daí decidi nunca mais fazer jornalismo e me dedicar à ficção. Ruptura total”.

“K - Relato de Uma Busca” surpreendeu o mundo literário quando foi lançado pela força da narrativa e pelo tom pouco sentimental, ainda que sensível, adotado pelo escritor. Lançado em 2011, mais de 20 anos depois que os primeiros livros sobre esse período começaram a vir à luz depois da Anistia em 1979 (“O que é Isso Companheiro”, de Fernando Gabeira, “Os Carbonários”, de Alfredo Sirkis), tratava de resgate de memória, mas com trabalho ficcional de primeira. Na década em que muitos escritores muito jovens estavam se esbaldando na autoficção, brilhou a ficção de um idoso – “K” foi finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom de 2012.

Desde “A Nova Ordem” (2019), B.Kucinski também vem experimentando com esse texto híbrido,

alegórico, como que para fazer um retorno necessário aos fatos históricos e à contextualização em um panorama político diverso desde a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2018. A volta do militarismo, o fascismo à brasileira do ex-presidente e seus apoiadores e a pandemia parecem ter exigido do autor instrumentos novos para dar conta do absurdo – além de fôlego para publicar nada menos que quatro livros: “Júlia, nos campos conflagrados do senhor” (2020), “A cicatriz e outras histórias” (2021) e “O colapso da nova ordem” (2022).

“O Congresso dos Desaparecidos” se insere nessa nova fase do escritor. Entre os personagens históricos recuperados e os desaparecidos anonimizados pela sanha sanguinária do aparato repressivo, o escritor se mostra seguro em trazer o macabro, sublinhando o desfile de horrores que vigora a cada novo extermínio desde a Colônia, ao lado do humor negro, essencial para dar conta da tragédia. Antídoto certo para o ódio tosco das redes sociais e o tratamento infame dado a esses assuntos pela extrema-direita. •

# A HISTÓRIA POLÍTICA PELA MÚSICA

Franklin Martins lança o volume zero de “Quem foi que inventou o Brasil?”, desta vez com um olhar sobre a conjuntura política brasileira a partir das canções populares desde os tempos do Império até o início da República, cobrindo de 1822 a 1906

**N**esta quarta-feira, 19 de abril, o jornalista Franklin Martins lança no Rio de Janeiro o Volume Zero do livro “Quem foi que inventou o Brasil?”, que traz um subtítulo esclarecedor: “A música conta a história do Império e do começo da República (1822-1906)”.

“Este novo trabalho de pesquisa mostra que a invenção do Brasil pela música é ainda mais antiga”, diz o jornalista. “Vem pelo menos desde a nossa formação como nação independente. Algumas das canções deste período foram produzidas nos palácios e instituições oficiais, mas a maioria nasceu nas ruas”.

Franklin dá sequência aos três primeiros volumes da obra, publicados em 2015, que se dedicaram à intensa relação entre a música e a política na República (1902-2002).

No livro (de 614 páginas), o ex-ministro-chefe da Secretaria Comunicação Social do governo Lula 2, mostra que a invenção do Brasil pela música é ainda mais antiga do que se pensa, como já sugeria Lamartine Babo na marchinha

“História do Brasil”, extraordinário sucesso do carnaval de 1934.

Franklin reuniu cerca de 300 canções sobre política, a escravidão e a resistência ao racismo e à opressão, compostas e cantadas nos tempos do Império e nos primórdios da República. A maioria delas foi gravada pela primeira vez para o livro. O material está disponível no site: [www.quemfoiqueinventouobrasil.com](http://www.quemfoiqueinventouobrasil.com).

De acordo com Martins, a relação do país com a canção vem desde a formação do Brasil enquanto nação independente. “Também no Império nossa música popular, cantando e brincando, buscou os caminhos para registrar os fatos do momento e expressar insatisfações e esperanças, muitas vezes trombandando com os donos do poder”, aponta.

“Quem foi que inventou o Brasil?” é mais do que uma monótona e burocrática relação de nomes, datas e frases, o que emerge das mais de 1.400

canções garimpadas, reunidas e contextualizadas é uma história viva do Brasil, escrita e cantada por milhões e milhões de brasileiros de várias gerações. “Gente que errou e acertou, caiu e se levantou, confiou e se desiludiu, amadureceu e batalhou, sonhou e construiu. Gente, em suma, que lutou e cantou – e, lutando e cantando, entregou a seus filhos e netos um Brasil melhor do que recebeu de seus pais e avós. Não é pouca coisa. Mas neste país, que foi de tão poucos e precisa ser de todos, ainda há muita história para ser vivida, escrita e cantada”, aponta.

O lançamento ocorrerá na Blooks Livraria de Botafogo, situada na Praia de Botafogo, 316, lojas D e E, a partir das 19h, com entrada gratuita. A obra é um lançamento a Kotter Editorial e da Editora Letra Selvagem. “Quem foi que inventou o Brasil? Volume Zero está à venda também na Kotter por R\$ 84,85. •



# **VIOLÊNCIA NO BRASIL**

## **desafio das periferias**

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

**Felipe da Silva Freitas**

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO  
PERFERIAS

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

ORGANIZAÇÃO  
FLÁVIO AGUIAR

2ª EDIÇÃO

# ANTÔNIO CANDIDO PENSAMENTO E MILITÂNCIA



expressão  
POPULAR



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores